



Eletrobras

Distribuição Amazonas

Relatório de Administração

Exercício 2017

Ministério de
Minas e Energia



Sumário

1	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
2	RESUMO EXECUTIVO.....	7
3	PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE.....	10
4	REGULAÇÃO	13
4.1	AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO	13
4.2	REAJUSTE TARIFÁRIO	14
4.3	PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE	15
4.4	OUVIDORIA	16
4.4.1	<i>Manifestações Recebidas.....</i>	<i>16</i>
4.4.2	<i>Destaques.....</i>	<i>16</i>
4.5	CONSELHO DE CONSUMIDORES	16
5	EXPANSÃO	19
5.1	INVESTIMENTOS BRUTOS REALIZADOS	19
5.2	PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS EXECUTADOS.....	19
5.3	PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO	20
5.4	PROGRAMA LUZ PARA TODOS - PLPT.....	20
5.5	PLANO DE EXPANSÃO – 2018/2020	22
6	COMERCIALIZAÇÃO	24
6.1	ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES	24
6.1.1	<i>Atendimento Telefônico e Virtual.....</i>	<i>24</i>
6.1.2	<i>Atendimento Presencial</i>	<i>24</i>
6.2	CONTRATOS DE COMPRA DE ENERGIA.....	24
6.2.1	<i>Contratos Bilaterais.....</i>	<i>24</i>
6.2.2	<i>Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia no Interior</i>	<i>25</i>
6.2.3	<i>Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada- ACR</i>	<i>25</i>
6.3	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	26
6.4	INCORPORAÇÃO DE NOVOS CONSUMIDORES EM 2017	29
6.5	FATURAMENTO BRUTO DE ENERGIA	29
6.6	INADIMPLÊNCIA.....	30
6.6.1	<i>Resultados Alcançados.....</i>	<i>30</i>
6.6.2	<i>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD</i>	<i>32</i>
6.6.3	<i>Liminares Judiciais.....</i>	<i>33</i>
6.7	PERDAS DE ENERGIA ELÉTRICA	34
6.7.1	<i>Resultados Alcançados.....</i>	<i>34</i>
6.7.2	<i>Principais Realizações</i>	<i>34</i>
6.7.3	<i>Operações Especiais de Fiscalização</i>	<i>35</i>
6.7.4	<i>Ações do Gabinete de Crise</i>	<i>36</i>
7	DESEMPENHO OPERACIONAL	38
7.1	QUALIDADE DO FORNECIMENTO GLOBAL	38
7.2	QUALIDADE DO FORNECIMENTO EM MANAUS.....	39
7.3	QUALIDADE DO FORNECIMENTO NO INTERIOR DO ESTADO	40
8	DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	43
8.1	LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	43
8.1.1	<i>Receita Operacional</i>	<i>43</i>
8.2	DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	43
8.3	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	44
8.4	INDICADORES EMPRESARIAIS.....	45

8.5	RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	46
9	PESSOAS	49
9.1	COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	49
9.2	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM E ESTÁGIO	49
9.3	EDUCAÇÃO CORPORATIVA	49
9.3.1	<i>Ações Educacionais Internas</i>	<i>49</i>
9.3.2	<i>Ações LUME.....</i>	<i>50</i>
9.3.3	<i>Ações Educacionais Específicas</i>	<i>50</i>
9.4	PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO – PCR E SISTEMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO – SGD.....	50
9.5	BENEFÍCIOS E BEM-ESTAR SOCIAL.....	50
9.6	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)	51
10	SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE	54
10.1	AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	54
10.1.1	<i>Programa de Equidade de Gênero e Raça</i>	<i>54</i>
10.1.2	<i>Projeto de Coleta Seletiva.....</i>	<i>55</i>
10.1.3	<i>Projeto Consumo Consciente</i>	<i>55</i>
10.1.4	<i>Ações voltadas para a comunidade.....</i>	<i>55</i>
10.2	AÇÕES DE MEIO AMBIENTE	57
10.2.1	<i>Licenciamentos Ambientais.....</i>	<i>57</i>
10.2.2	<i>Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental</i>	<i>57</i>
10.2.3	<i>Programas e Projetos Ambientais</i>	<i>58</i>
11	GESTÃO.....	61
11.1	PLANO DE PRESTAÇÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO - PPTSD.....	61
11.2	GOVERNANÇA CORPORATIVA	62
11.2.1	<i>Assembleia Geral</i>	<i>62</i>
11.2.2	<i>Conselho de Administração</i>	<i>62</i>
11.2.3	<i>Conselho Fiscal</i>	<i>63</i>
11.2.4	<i>Diretoria Executiva</i>	<i>63</i>
11.3	AUDITORIA	64
11.3.1	<i>A Atividade de Controle Interno</i>	<i>64</i>
11.3.2	<i>Atendimento aos Órgãos de Controle Externo</i>	<i>64</i>
11.4	LEI SARBANES-OXLEY – SOX	65
11.5	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	65
11.5.1	<i>Segurança da Informação</i>	<i>65</i>
11.5.2	<i>Melhoria de Desempenho</i>	<i>66</i>
11.5.3	<i>Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações.....</i>	<i>66</i>
11.6	ESCRITÓRIO DE PROJETOS.....	66
11.7	COMUNICAÇÃO	68
12	BALANÇO SOCIAL	71

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Amazonas Distribuidora de Energia S.A (“Companhia”, “Amazonas Energia” ou “AmE”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos interessados.

A Amazonas Energia foi conectada, em caráter experimental, ao Sistema Interligado Nacional - (“SIN”) em 09/07/2013. No entanto somente em 05/05/2015, por meio do Despacho nº 1.365, a ANEEL atestou a conclusão das obras de interligação elencadas no art. 2º da Resolução Normativa nº 586, de 19/11/2013, e, portanto declarou a plena interligação comercial do Sistema Manaus ao SIN, nos termos da Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 258 de 02/08/2013, a partir do dia 01/05/2015.

Considerando a interligação do Sistema Manaus ao SIN, a AmE foi alcançada pelas restrições previstas no parágrafo 5º do Artigo 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 (“Lei nº 9.074”), segundo a qual as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica não podem desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica.

Por essa razão, os administradores da Companhia deliberaram por implementar o processo de desverticalização, que consistiu na segregação de ativos e passivos de geração e transmissão das atividades de distribuição de energia, a partir da contribuição de acervo líquido para a Amazonas Geração e Transmissão S.A (“Amazonas GT”) que, ao final, será controlada pela Eletrobras Holding. A primeira etapa da desverticalização foi finalizada em 30/06/2015 e, portanto, desde de 01/07/2015 a AmGT iniciou a suas atividades operacionais. A última etapa do processo de desverticalização, refere-se à transferência do controle acionário da AmGT para a Eletrobras, o qual está em fase final de conclusão.

Em 22 de julho de 2016 a 165ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Eletrobras deliberou, dentre outros assuntos, pela não aprovação da assinatura do Termo Aditivo de Prorrogação da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica da AmE e aprovou a mudança de controle acionário (desestatização) das Distribuidoras da Eletrobras. Até a conclusão do processo de desestatização, previsto para até julho de 2018, essas empresas deixaram de ser Concessionárias, para atuarem como designadas pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Em 26 de julho de 2016, a Portaria MME nº 388/2016 definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público por órgão ou Entidade da Administração Pública Federal.

Em 03 de agosto de 2016, a Portaria MME nº 420/2016 designou a AmE como responsável pela Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Amazonas, com vistas a garantir a continuidade do serviço distribuição de energia elétrica, até a assunção de novo concessionário.

Em 13 de setembro de 2016 a Diretoria da ANEEL, decidiu instaurar Audiência Pública nº 063/2016, com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da regulamentação da Portaria MME nº 388/2016, que trata dos termos e condições para a Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Em 1º de novembro de 2016 foi emitido pelo Governo Federal o Decreto nº 8.893/16, definindo como prioridade nacional, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, a desestatização das Distribuidoras da Eletrobras, entre elas a AmE, e designou o BNDES como responsável pelo processo de desestatização. Este processo está em pleno andamento.

Em 11 de novembro de 2016, foi encaminhado o Termo de Compromisso assinado, em 09/11/2016 pelos dirigentes das Distribuidoras Designadas e dos Sócios Controladores por meio do qual se comprometeram, dentre outras responsabilidades, a encaminhar à ANEEL Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição - PPTSD que detalhe as ações a serem

tomadas pela administração com objetivo de atender os limites regulatórios e às condições inerentes ao período de designação pelo Poder Concedente.

Em 29 de novembro de 2016, após a análise das contribuições advindas da Audiência Pública 063/2016, a ANEEL emitiu a: (i) Resolução Normativa nº 748/2016 estabelecendo os termos e condições para a Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por Distribuidora Designada, nos termos do art. 9º da Lei n. 12.783, de 11/01/2013 e da Portaria nº 388, de 26 de julho de 2016-MME; e (ii) Resolução Homologatória nº 2.184/2016 que, baseada na Nota Técnica nº 415/2016-SCT-SRD-SRM-SRG-SFF-SFE-ASD/ANEEL de 26/11/2016, definiu os limites regulatórios de Perdas, Custos Operacionais (PMSO), e Qualidade do Serviço (DECi e FECi) a serem atingidos ao final do ano de 2017 pela AmE, bem como da Adimplência Setorial e Qualidade da informação prestada.

A versão final do PPTSD da AmE foi aprovada pela Diretoria Executiva por meio da Resolução de Diretoria - RES-098/2017 em 02/05/2017 e pelo Conselho de Administração por meio da DEL-036/2017 em 03/05/2017. Cumpre destacar que durante o período designação a AmE realizou todas as apresentações mensais de prestação de contas e encaminhou todos os relatórios de acompanhamento trimestrais da Prestação Temporária do Serviço, conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 748/2017.

Em 04 de dezembro de 2017, a Portaria 468/2017 alterou o texto do Art. 1º da Portaria MME nº 420/2016, que agora passou a estabelecer que a Prestação Temporária do Serviço dar-se-á nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, até a assunção de novo concessionário ou até 31 de julho de 2018, o que ocorrer primeiro, nas áreas correspondentes aos Municípios no Estado do Amazonas.

Registramos que importantes melhorias operacionais implantadas ao longo de 2017 propiciaram uma evolução positiva nos indicadores DECi e FECi. É importante ressaltar que os resultados obtidos em 2017 levaram a empresa a alcançar a 3ª posição no Ranking do Desempenho Global de Continuidade (DGC) da ANEEL, trata-se da comparação dos valores apurados de DEC e FEC das concessionárias em relação aos limites estabelecidos pela ANEEL para esses indicadores das Distribuidoras no Brasil.

Salientamos que, com a interligação ao SIN, os clientes regulados da AmE tiveram oportunidade de atuar no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Em Dezembro de 2017 totalizamos 140 consumidores do grupo A, equivalendo a uma receita de aproximadamente R\$ 107 milhões que deixou de ser faturada no período de janeiro a dezembro de 2017.

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores e às comunidades de nossa área de atuação, pela confiança depositada na Companhia em 2017, em especial, aos nossos colaboradores pela dedicação no desempenho de suas atividades e aos Senhores Conselheiros de Administração e Fiscal, cujo apoio e dedicação permitiram à AmE cumprir com sucesso sua missão de atender com qualidade e confiabilidade o mercado de energia elétrica do Estado do Amazonas.

A Administração.

2. RESUMO EXECUTIVO

2 RESUMO EXECUTIVO

A finalidade deste tópico é de apresentar um resumo dos principais assuntos abordados no presente relatório, cujos detalhes poderão ser conhecidos durante sua leitura integral.

No ano de 2017, os investimentos brutos realizados foram da ordem de R\$ 287 milhões, cerca de 14% menor ao realizado em 2016. Desse total, R\$ 8 milhões (3%) foram aplicados no Sistema de Geração Distribuída, R\$ 156 milhões (54%) no Sistema de Distribuição, R\$ 111 milhões (39%) no Programa Luz para Todos (PLpT) e R\$ 12,4 milhões (4%) nos Programas de Qualidade Ambiental e de Infraestrutura e Apoio.

De forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade do seu Sistema de Distribuição, a Empresa aplicou recursos voltados para a redução das perdas técnicas e comerciais na capital e no interior do Estado, realizando obras de ampliação, expansão e modernização em linhas e subestações, com destaque para a extensão de 15,20 km de alimentadores em subestações existentes de 69 kV, o recondutoramento de 15,76 km de alimentadores – subestações de 69 kV existentes, a extensão de 14,69 km de redes de distribuição e para a regularização de 1.787 unidades consumidoras clandestinas em Manaus.

Em 2017, com um investimento da ordem de R\$ 111 milhões, o Programa Luz para Todos – PLpT, construiu 1.798 km de rede de distribuição, atendendo 5.963 unidades consumidoras em 194 comunidades. Desde o início da execução do Programa, foram construídos 22.083 km de rede de distribuição rural em média e baixa tensão, sendo ligados 119.401 domicílios rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 597.000 pessoas em todo o Estado do Amazonas. O acesso ao uso da energia elétrica proporcionou a essas comunidades rurais maior conforto doméstico, disponibilização de serviços essenciais antes inexistentes e a possibilidade de maior incremento na criação de emprego e renda. É válido ressaltar que no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, já foram lançados 116,7 km de cabos subaquáticos em 25 municípios do Amazonas.

No combate às perdas de energia elétrica, em 2017, foram realizadas 231.028 inspeções técnicas em unidades consumidoras, com a taxa de efetividade de 33% (identificação e correção de 76.340 irregularidades), e a continuidade dos projetos “*Projeto Digitalização de UC em BT - Projeto Energia +*” e “*Projeto Substituição de Medidores Obsoletos - Projeto Energia +*” (realizada a substituição de 53.387 medidores obsoletos do início do projeto até dezembro de 2017).

Como resultante das diversas ações de melhoria realizadas no Sistema de Distribuição da capital e do interior do Estado do Amazonas em 2017, a Empresa apresentou um DECI Global de 32,00 horas e um FECi Global de 17,58 interrupções, resultados 18,1% e 12,9% menor, respectivamente, que o consolidado em 2016 e 13,4% e 9,2% abaixo, respectivamente, dos valores do DECI e FECi definidos como limite para a empresa (36,99 horas e 19,37 interrupções, respectivamente), relativo ao Plano de Prestação de Serviços, instituído pela ANEEL. Merece destaque, o fato de que, de acordo com o ranking da ANEEL de qualidade do serviço prestado em 2017, das 33 concessionárias de grande porte, com número de unidades consumidoras maior que 400 mil, a AmE alcançou o 3º lugar, com um avanço de 6 posições em relação ao ano de 2016.

A Companhia, por meio de contratos com diversas empresas, compra energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), além de locar grupos geradores operantes no interior, garantiu a energia de 10.390 GWh requerida pelo mercado da capital e interior do Estado em 2017, inferior em 1,77% da ocorrida em 2016. A demanda máxima do sistema foi de 1.714 MW, valor 3,92% abaixo da realizada no ano anterior.

É importante salientar que em Manaus, a energia importada do SIN em 2017, ficou praticamente estagnada em 57%, onde a variação em relação ao ano anterior foi de - 0,79%, que, associada à diminuição de 11,1% da energia gerada a gás, resultou num aumento de 51,2% da energia gerada por usinas termelétricas a óleo, cuja participação deste modal de produção de energia representou apenas 9% de toda a Energia Requerida pela capital.

No interior do Estado do Amazonas a AmE é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento das sedes de 59 municípios e de 36 localidades. O Sistema Térmico Isolado é composto por 45 grupos geradores próprios que correspondem a uma potência de 37,81 MW e 613 grupos geradores alugados que correspondem a uma potência de 459,41 MW, totalizando 497,22 MW de potência nominal instalada. A Amazonas Energia também possui um parque fotovoltaico constituído de 12 mini usinas para atender algumas comunidades remotas do interior do Estado.

A Empresa forneceu energia elétrica para 976.874 unidades consumidoras ativas, que consumiram 5.852 GWh em 2017 (2,66% menor que em 2016) gerando um faturamento bruto de R\$ 2,78 bilhões (2,42 menor que em 2016). Além desses recursos oriundos da comercialização da energia, a Empresa recebeu a receita de R\$ 485 milhões da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. É importante registrar que a Eletrobras Distribuição Amazonas ao ser interligada ao SIN, possibilitou aos clientes regulados comprarem energia no Ambiente de Contratação Livre- ACL, resultando numa migração para o mercado livre de 140 consumidores do grupo A de junho de 2016 a dezembro de 2017.

A inadimplência ativa total, entendida como o estoque acumulado de créditos junto aos consumidores, alcançou em dezembro de 2017, o saldo de R\$ 618,5 milhões contra R\$ 433,1 milhões em dezembro de 2016, representando um aumento de 43%. Importante frisar que esse aumento expressivo no valor da inadimplência ativa em 2017, se deve em grande parte ao montante de R\$ 193,4 milhões referente ao saldo das principais dívidas (débitos vencidos de valores de grande monta, em média mais de 5 (cinco) anos inadimplente, com ações judiciais e liminar impedindo ações de cobrança), que juntas representaram 35,6% do total dos débitos.

De forma autônoma ou por meio de parcerias estratégicas a AmE vem desenvolvendo diversos programas socioambientais em observância a Política Ambiental e a Política de Sustentabilidade da Eletrobras, visando à melhoria da qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental no Estado do Amazonas. Buscando sempre atuar em sintonia com os órgãos de licenciamento ambiental e urbanístico, são realizadas ações permanentes de treinamento, inspeções e auditorias ambientais, prevenção de acidentes, gestão de resíduos, redução das emissões de gases de efeito estufa, conservação de espécies ameaçadas de extinção, de reabilitação e soltura de espécies da fauna, de reflorestamento de áreas degradadas, de monitoramento da qualidade da água e de educação ambiental, que consolidam uma posição de vanguarda no trato das questões ambientais no setor elétrico brasileiro e mundial.

Em relação às ações de sustentabilidade, a Companhia desenvolve projetos e ações que proporcionam geração de renda, promoção de cidadania, preservação ambiental e educação sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica nas comunidades adjacentes a seus empreendimentos. Reafirma seu compromisso com a igualdade e direito de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente empresarial, além de ser signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - resultado da parceria da ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas.

A AmE encerrou o ano de 2017, com 1.707 colaboradores em seu quadro próprio, 0,9% menor que o quadro de 2016. Foram investidos R\$ 0,4 milhões com a realização de 289 ações educacionais, desembolsados R\$ 35 milhões para custear a assistência hospitalar, médica e odontológica e gastos R\$ 32,8 milhões com os principais benefícios oferecidos pela Companhia, onde se destaca o Auxílio-Alimentação, com um custo de R\$ 26,1 milhões.

3. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE

3 PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA AMAZONENSE

A economia do Estado do Amazonas está diretamente ligada ao Polo Industrial de Manaus – PIM, propulsor do desenvolvimento regional. Entretanto, a perspectiva difícil apresentada pela crise ainda reverberou no cenário da economia brasileira em 2017, mas com um impacto negativo menor que o verificado em anos anteriores, tendo sido registrado em dezembro de 2017, a criação no parque industrial, de aproximadamente 78.688 postos de trabalho, entre mão de obra efetiva, temporária e terceirizada.

Em 2017, o faturamento global do PIM alcançou um valor estimado de R\$ 78,1 bilhões, contra os R\$ 74,5 bilhões do ano anterior. Em dólar, os US\$ 24,7 bilhões alcançados em 2017, representaram um aumento de 12,87% em relação ao verificado no ano de 2016 (US\$ 21,90 bilhões). É válido ressaltar que ocorreu uma valorização de 3,19% da moeda americana em relação ao real, decorrente da comparação do valor médio do ano de 2017 (R\$ 3,23) com o do ano de 2016 (R\$ 3,13).

Apesar da crise econômica brasileira, o modelo de incentivos fiscais do Amazonas ainda permanece vantajoso, considerando a prorrogação dos incentivos fiscais até 2073, o que garante tempo para maturação de investimentos de médio e longo prazo.

A última aprovação do Conselho de Administração da Suframa (CAS) concluiu o balanço de dezembro 2017, aprovando 40 projetos industriais que preveem investimentos de aproximadamente US\$ 339,6 milhões de dólares e a geração de 885 empregos diretos. No total, durante o ano de 2017, foram aprovados investimentos da ordem de US\$ 2,1 bilhões de dólares que possibilitarão a criação de até 3.911 novos empregos.

A capital manauense concentra aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto – PIB do Amazonas, que em 2017, estima-se que tenha sido de R\$ 94,4 bilhões (equivalente a aproximadamente 1,4% do PIB nacional) superior em 4,37% ao PIB de 2016. Importante salientar que esses dados foram estimados em função de que, segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLANCTI, ao final do ano de 2017 o valor do PIB ainda não tinha sido fechado.

A quase totalidade da produção fabril do PIM é direcionada ao mercado nacional (95%), cuja demanda regional depende do mercado de trabalho, mercado de crédito e das transferências institucionais, com as variações nas transações comerciais repercutindo no ritmo da economia local.

Entretanto, permanecem presentes as expectativas positivas sobre o que poderá ocorrer nas atividades socioeconômicas do Estado do Amazonas nos anos vindouros, pois já existem vários empreendimentos à espera de oportunidade para que sejam efetivamente realizados, inclusive com grandes possibilidades de sucesso pelas seguintes razões:

- a) Expectativas que o Polo Industrial de Manaus receba investimentos de aproximadamente 2,1 bilhões de dólares, com a implantação prevista de novos empreendimentos para os anos vindouros;
- b) Expectativa da retomada da construção da BR-319 (Manaus-Porto Velho), cujo funcionamento minimizará os custos no fluxo de mercadorias para o resto do país, especialmente para o escoamento da manufatura do PIM;
- c) Consolidação da matriz energética do gás natural nas termoeletricas da região e nas linhas de produção das indústrias do PIM, com os ganhos de produtividade absorvendo os custos tarifários e de adequação dos equipamentos; e
- d) Investimentos estaduais nos sete municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), em infraestrutura necessária ao desenvolvimento e incentivo da produção regional, levando em conta a vocação natural e a potencialidade econômica das localidades.

A projeção dos requisitos de energia e demanda para o período 2018/2027, baseou-se nas perspectivas de expansão moderada da economia amazonense descritas acima, apresentando um crescimento médio anual de 2,3% para a energia requerida e de 4,2% para a demanda, que exigirá investimentos constantes da Amazonas Energia, de forma a ofertar ao mercado uma prestação de serviço com qualidade e confiabilidade.

Requisitos	Energia (GW) Demanda (MW)										Crescimento Médio Anual (%)
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	
Energia	10.628	10.872	11.122	11.378	11.639	11.907	12.181	12.461	12.747	13.041	2,3
Demanda	1.786	1.861	1.939	2.020	2.105	2.193	2.286	2.382	2.482	2.586	4,2

4. REGULAÇÃO

4 REGULAÇÃO

4.1 Ambiente Regulatório da Concessão

O ano de 2017 foi marcado por fortes debates quanto à condução do processo de desestatização das Empresas de Distribuição da Eletrobras.

Simultaneamente ao cumprimento do cronograma do processo de Desestatização, várias outras ações relacionadas ao processo foram encaminhadas, entre as quais se destacam:

- a) Aprovação da minuta do contrato de concessão dos serviços de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que deverá ser aplicado para os novos concessionários, o que foi aprovado através da Resolução nº 1.213, de 02 de maio de 2017;
- b) Aprovação da Lei nº 9.129, de 06 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dispôs sobre a licitação de concessões de distribuição e de transmissão associadas à transferência de controle de pessoa jurídica prestadora de serviço público de energia elétrica, e deu outras providências;
- c) Publicação da Resolução nº 20, de 08 de novembro de 2017, do Conselho do Programa de Parceria de Investimentos, que aprovou a transferência do controle acionário das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras na Companhia Boa Vista Energia S.A., na Companhia Energética de Alagoas, na Companhia Energética do Piauí, nas Centrais Elétricas de Rondônia S.A., na Companhia de Eletricidade do Acre S.A. e na Amazonas Distribuidora de Energia S.A., de forma associada à outorga da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica nas condições que determina, e dá outras providências;
- d) Edição da Portaria nº 468, de 04 de dezembro de 2017, que prorroga o prazo estabelecido pelas Portaria MME nº 420, de 3 de agosto de 2016, para a prestação de serviços temporários de distribuição pela Distribuidora Amazonas Distribuidora de Energia S.A., para até a assunção de novo concessionário ou até 31 de julho de 2018, o que ocorrer primeiro;
- e) Deliberação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Eletrobras, realizada em 28 de dezembro de 2017, que retificou deliberações anteriores que fixava o prazo até dezembro de 2017 para a conclusão do processo, em adequação à Portaria nº 468, de 04 de dezembro de 2017.

A AmE, sob determinação da Eletrobras, cumpriu as atividades decorrentes para atender todos os prazos fixados no cronograma do processo de desestatização sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, destacando-se entre elas a parte relacionada à mensuração e precificação dos ativos da mesma, condição essencial para o procedimento de Data Room.

Além dos fatos relevantes à prestação de serviço para qual esta distribuidora foi designada, alguns fatos ocorridos em 2017 que impactaram todo o setor elétrico, os quais destacam-se a seguir:

- a) Alterações promovidas pelo Decreto nº 9.047, de 10 de maio de 2017, respectivamente no Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, pelo qual o MME passa a ser a autoridade competente para estabelecer o período de suprimento e os lotes que serão objeto da licitação para aquisição de energia nos Sistemas Isolados.
- b) A edição do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, por meio do qual foram alteradas as regras relativas aos contratos de financiamento com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.
- c) Por meio do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017, foram promovidas alterações ao Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e foram introduzidas alterações nos leilões de energia decorrentes da Lei nº 13.360/16 para permitir maior flexibilidade e previsibilidade na expansão da base de geração. Nesse sentido, foi incluído o conceito de "A-N", sendo o "N" enésimo ano anterior ao ano-base "A" em que devem ser realizados os leilões de compra de energia elétrica. Em cumprimento ao disposto na Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, a partir de maio de 2017, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE assumiu a gestão financeira e operacional da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Por fim, destacamos a abertura da Consulta Pública nº 33 do Ministério de Minas e Energia – MME que visa estabelecer um novo marco regulatório no setor elétrico brasileiro. Por meio da

referida consulta, foram desenvolvidas diversas propostas, as quais foram organizadas com o objetivo de promover maior acessibilidade à rede; promover alterações nas alocações de riscos e custos entre agentes; e promover a desjudicialização do setor. Foram propostos aperfeiçoamentos dentre os quais se ressaltam:

- a) Alterações na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no título da Seção III, a fim de caracterizar o autoprodutor como espécie do gênero consumidor livre, e promover a garantia do livre acesso à rede;
- b) Alteração do art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para que se repercuta o conceito do consumo líquido também na apuração dos custos da energia de reserva;
- c) A abertura do mercado até 2028 para consumidores de alta e média tensão (Grupo A), alcançando o seu limite inferior de 75 kW de demanda. Destaca-se nessa proposta a definição de uma clara fronteira entre os mercados atacadista e varejista, evitando uma proliferação de agentes diretamente representados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- d) Quanto à proposta associada ao destravamento, tem-se a possibilidade de o Ministério de Minas e Energia reduzir a obrigação de contratação dos consumidores.

4.2 Reajuste Tarifário

O Despacho nº 2.447/2016, assim como a Resolução Normativa nº 748/2016 autorizaram a aplicação dos resultados homologados pela ANEEL, relativamente aos reajustes tarifários das empresas designadas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica de que trata a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 388/2016.

Durante o ano de 2017, vários foram os pleitos e justificativas junto ao Regulador no sentido de garantir uma equação econômica e financeira completa do regime de designação para a condição de prestação de serviço.

Dentre os vários eventos ocorridos no âmbito do processo de desestatização das distribuidoras da Eletrobras, destacamos a Resolução Homologatória nº 2.349, de 28 de novembro de 2017, resultado da Audiência Pública (AP) nº 032/2017, que homologou os parâmetros regulatórios para os processos tarifários das Distribuidoras Designadas, definidas nos termos da Resolução Normativa nº 748/2016. Os parâmetros definidos nesta resolução para esta distribuidora, são os seguintes:

- a) Componente Pd do Fator X(%): 2,02%
- b) Flexibilização do nível regulatório de Perdas (%): 93,18% de Perdas não Técnicas sobre Mercado BT e 7,77% de Perdas Técnicas sobre o Mercado Total. Limites definidos pela Resolução Homologatória 2.184/2016
- c) Flexibilização do nível regulatório de Custos Operacionais: R\$ 285.761.768,57 (atualizado pelo IPCA)

Além destes parâmetros, em função das flexibilizações e independente dos diferimentos ocorridos nos processos de reajustes tarifários, a mesma resolução definiu o valor de R\$ 23.813.480,71 a ser subtraído da Remuneração Adequada de Referência desta distribuidora designada.

A Audiência Pública (AP) nº 032/2017 propôs ainda a flexibilização dos limites globais de DEC e FEC para a área de concessão onde a Amazonas Distribuidora de Energia foi designada para prestação temporária do serviço de distribuição de energia elétrica.

A Nota Técnica nº 149/2017-SRM/SGT/SRD/SFF/ANEEL, de 08/09/2017, propôs os valores limites globais de 48,53 e 45,69 para o DEC e FEC, respectivamente. Esses limites permanecerão inalterados até o quinto ano civil subsequente à assinatura dos novos contratos, de modo que na primeira revisão tarifária ordinária do novo contrato sejam estabelecidos os limites para o ciclo seguinte. Como resultado desses limites ora definidos, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 6.644/2017, de 12 de setembro de 2017.

Assim no processo de Reajuste Tarifário Anual de 2017, o índice de reajuste aprovado pela ANEEL, publicado na Resolução Homologatória nº 2.337, de 31/10/2017, conforme apresentado na tabela a seguir:

Grupo de Consumo	Variação Tarifária (%)
Alta Tensão >2,3 kV	25,17%
BT – Baixa tensão < 2,3 kV	12,68%
Efeito médio geral	17,13%

Importa destacar que, no Art. 6º da supracitada Resolução foi diferido valor equivalente às flexibilizações definidas na Resolução Homologatória nº 2.349, este montante deverá ser considerado no processo tarifário seguinte, atualizado pela SELIC.

Além disso, apesar do diferimento, manteve-se a redução da Remuneração Adequada de Referência incluída como Anexo VII da Resolução Homologatória nº 2.184, de 29 de novembro de 2016.

Esta distribuidora apresentou ao regulador pedidos de reconsideração quanto ao valor diferido e à redução da Remuneração Adequada de Referência. No entanto, até o encerramento do ano não houve manifestação formal desse quanto aos pleitos.

4.3 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Projetos de Eficiência Energética – PEE

As realizações dos programas de P&D e Eficiência Energética são determinados pela Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e regulamentados respectivamente pelas Resoluções Normativas da ANEEL nº 754, de 13 de dezembro de 2016 e nº 556, de 2 de julho de 2013.

Em consonância com as diretrizes da Agência Reguladora, os Projetos de P&D desenvolvidos pela Amazonas Energia estão direcionados para a busca de inovações que façam frente aos desafios tecnológicos e de atendimento ao seu mercado próprio. Já os Projetos de Eficiência Energética - PEE estão voltados para ações de combate ao desperdício de energia elétrica, de melhoria da eficiência energética de equipamentos e de adoção de mudança de hábitos no uso da energia elétrica.

Desde o ano 2000, a AmE executa Projetos de P&D, possuindo uma carteira de 45 projetos. Deste total, 43 projetos foram concluídos, totalizando um investimento de R\$ 38,6 milhões. Destaca-se que há 02 projetos em andamento, cujo montante investido equivale à R\$ 1,4 milhões. Assim, desde o início da execução dos projetos, o total investido pela Distribuidora até o final do exercício de 2017 foi de R\$ 40 milhões.

Os dois projetos de P&D em andamento são:

- a) **Projeto “Recuperação de Mercado – Energia Segura com inibidores de furtos”**, que tem como objetivo, inibir em 100% as ligações clandestinas nas redes de distribuições de baixa tensão (127v/220v) da Amazonas Energia. O projeto foi idealizado pela Universidade Federal de Itajubá – UFEI, com parceria com as empresas MATRIX e SOSAMA com data de conclusão prevista para 10/06/2018.
- b) **Projeto “Desenvolvimento experimental de traje para trabalhos envolvendo alta tensão baseado em tecnologias vestíveis (wearable technologies)”**, que tem como objetivo o desenvolvimento experimental de um traje baseado em tecnologias vestíveis (wearable technologies), específico para trabalhos que envolvam alta tensão. Sendo composto por equipamentos de proteção individual (EPIs), o traje deve possuir tecnologia embarcada, a qual por meio de sensores, atuadores e unidades de processamento e comunicação deve

ser capaz de aprimorar o procedimento de segurança, reduzindo acidentes. A data prevista para a conclusão do projeto é 01/09/2018.

4.4 Ouvidoria

4.4.1 Manifestações Recebidas

As manifestações recebidas em 2017 através dos canais de acesso (site, telefone, e-mail, correspondência, atendimento presencial e Sistema de Gestão de Ouvidoria da ANEEL), resultaram em 5.623 registros para tratamento e acompanhamento, sendo 5.131 manifestações efetuadas diretamente na Ouvidoria da Concessionária (entre externas e internas) e 492 encaminhadas pela ANEEL, representando um decréscimo de 8,64% quando comparado ao exercício de 2016, que totalizou 6.155 registros.

Canal de Acesso	2016	2017	Varição 17/16 (%)
Amazonas Energia	5.820	5.131	(11,84%)
ANEEL	333	492	47,75%
Ouvidorias Demandas Internas	2	0	-
Total	6.155	5.623	(8,64%)

4.4.2 Destaques

- O posicionamento organizacional da Ouvidoria foi alterado em Junho de 2017, saindo da Presidência para o Conselho de Administração;
- Foram realizadas reuniões com as diretorias e áreas com maior volume de demanda, objetivando o cumprimento do prazo regulamentar e o encerramento dos registros pendentes na ANEEL, seguindo orientação do Conselho de Administração;
- O total de demandas recebidas em 2017 apresentou uma redução de 8,64% em relação à 2016, sendo 11,84% menor as demandas recebidas na Amazonas Energia e 47,75% maior o número de manifestações registradas na ANEEL, demonstrando maior exigência por parte dos consumidores;
- Os departamentos foram orientados para o ajustamento de seus processos internos, visando a redução do índice de reclamações procedentes e a melhoria da qualidade da resposta às reclamações, destacando a importância da solução das demandas, sempre no primeiro nível de atendimento em cumprimento do “Caminho do Entendimento” orientado pela ANEEL;
- A estrutura física e o quantitativo de colaboradores da Ouvidoria foram mantidos, adequados à Resolução Normativa n.º 470/2011, da ANEEL;
- Foi lançado pela ANEEL o Prêmio ANEEL de Ouvidoria, para o melhor desempenho comparado à Ouvidoria de Referência que será entregue em 2018;
- Importantes participações nos eventos “Encontro Nacional dos Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica”, “Reuniões do Fórum Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico” e “XVI Encontro Nacional dos Ouvidores do Setor Elétrico”;
- Apoio às ações do Conselho de Consumidores com participação nos Encontros Regionais e Nacionais e nas reuniões dirigidas aos secretários e presidentes, promovidas pela ANEEL;
- Contínuo monitoramento das demandas registradas no Sistema de Informação ao Cidadão-SIC, controlado pela Controladoria Geral da União - CGU, em atendimento à Lei n.º 12.527/2011;
- Execução de ações voltadas para a consecução das metas e indicadores, estabelecidos no Planejamento Estratégico empresarial apresentado à ANEEL em 2017.

4.5 Conselho de Consumidores

O Conselho de Consumidores da Amazonas Energia é uma entidade de caráter consultivo, não remunerado e sem personalidade jurídica, composto por cinco membros titulares e cinco suplentes indicados por entidades representativas das classes de consumidores (residencial, comercial, rural, industrial e poder público). Vale destacar que seu principal objetivo é

representar os interesses dos consumidores junto à Distribuidora e aos segmentos destas classes.

O Conselho, constituído e organizado em conformidade com a Resolução Normativa n.º 451/2011, durante o ano de 2017 participou dos seguintes eventos: “XIX Encontro Regional dos Conselhos de Consumidores da Região Norte”, realizado em Boa Vista - RR; “XIX Encontro Nacional de Conselho de Consumidores de Energia Elétrica”, realizado em Fortaleza - CE; “III Reunião com Presidentes e Secretários Executivos dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica”, promovido pela ANEEL, em Brasília - DF; “11ª Reunião Ordinária do CONCEPE”, realizado no Rio de Janeiro – RJ; “IX Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica – CITENEL e o V Seminário de Eficiência Energética no Setor Elétrico – SEENEL” promovidos pela Aneel, em João Pessoa - PB.

Foi promovido pela classe residencial (ADCEA), juntamente com o apoio da Amazonas Distribuidora de Energia Elétrica S.A., o Projeto Social Construindo Cidadania, a fim de incentivar a participação dos consumidores de energia elétrica na Consulta Pública cp007/2017, proporcionando a estes a oportunidade de contribuir na formulação ou aperfeiçoamento dos institutos regulatórios e fiscalizadores da ANEEL. O projeto também teve como objetivo estimular a participação dos consumidores de energia elétrica na proposição de subsídios para o aprimoramento das disposições do atendimento ao público, previstas na Resolução Normativa nº 414/2010.

5. EXPANSÃO

5 EXPANSÃO

5.1 Investimentos Brutos Realizados

Desde 2010, dois anos depois da Eletrobras ter centralizado a gestão de suas empresas de distribuição, até 2016, a Amazonas Energia realizou investimentos que totalizaram R\$ 3.841 milhões. Em 2017 a empresa investiu o montante de R\$ 287 milhões, sendo 54% desse total destinado ao Programa de Distribuição.

Em 01 de julho de 2015 a primeira etapa do processo de desverticalização foi concluída, ficando as atividades de Geração e Transmissão da capital sob a responsabilidade de uma nova empresa denominada Amazonas GT, desta forma os valores investidos, decorrentes das atividades de geração e transmissão, estão contemplados até junho de 2015. A partir desta data os valores referentes a este programa de Geração referem-se exclusivamente à Geração Distribuída (geração do interior que ainda permaneceu na AmE em função de serem Sistemas Isolados). Os investimentos realizados no período de 2010 a 2017 estão apresentados na tabela a seguir:

Investimentos Brutos Realizados 2010/2017 – R\$ milhões (1)

Programas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação (%) 17/16	% de Participação 2017
Geração	137	100	280	545	52	54	23	8	-65	3
Transmissão	37	98	54	82	41	4	0	0	0	0
Distribuição	102	133	274	296	176	148	206	156	-24	54
Luz Para Todos	165	139	114	99	126	81	86	111	29	39
Qualidade Ambiental	-	-	-	-	4	1	2	0,4	-80	0
Infraestrutura de Apoio	49	34	29	20	14	17	17	12	-29	4
Total	490	504	751	1.045	413	304	334	287	-14	100

(1) inclui todos os tributos.

Visando garantir a continuidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica no Estado do Amazonas, a AmE investiu R\$ 8 milhões no Programa de Geração em 2017, cujos recursos foram direcionados para a manutenção e ampliação da capacidade do Parque de Geração Térmica no interior do Estado. Já no Programa de Distribuição a Amazonas Energia investiu o montante de R\$ 156 milhões.

Em 2017 a Amazonas Energia investiu R\$ 0,4 milhões na preservação e conservação ambiental em empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas. Já na manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento e na manutenção e adequação de bens móveis e imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, foi investido um montante de R\$ 12 milhões. Para a ampliação de rede rural de distribuição de energia elétrica no Amazonas (Programa Luz Para Todos), foi realizado em 2017 um investimento no montante de R\$ 111 milhões, valor 29% maior ao investido em 2016.

5.2 Principais Empreendimentos Executados

Os recursos investidos foram direcionados de forma a garantir a qualidade e o aumento da capacidade do sistema de distribuição da Amazonas Energia, bem como a execução de ações voltadas para a redução dos indicadores DEC, FEC, TMAE e do índice de perdas na capital e no interior do Estado. Neste sentido, foram executadas obras e serviços para a ampliação,

modernização, adequação e manutenção de subestações e redes de distribuição, onde se destacam:

- a) Ampliação de 1 trafo de 150 MVA – 138/69 kV na SE Mauá Três;
- b) Substituição de 1 Trafo de 150 MVA por 1 Trafo 150 MVA na subestação Mauá Três (Correção defasagem angular);
- c) Adequação da SE Mauá Três – Secionamento de linhas de 69;
- d) Extensão de 15,20 km de alimentadores em Subestações Existentes de 69 kV;
- e) Recondutoramento de 15,76 km de alimentadores – Subestações de 69 kV Existentes;
- f) Extensão de 14,69 km de redes de distribuição na cidade de Manaus;
- g) Regularização de 1.787 Consumidores Clandestinos em Manaus.

5.3 Projetos de Regularização

- a) “Projeto de Digitalização e Qualidade de Energia - Projeto Energia +”: O projeto tem como objetivo melhorar o desempenho econômico-financeiro do negócio de distribuição, alcançando os níveis regulatórios. Contempla a instalação de 333 religadores automáticos trifásicos, 25 bancos reguladores trifásicos de tensão e 130 bancos de capacitores nas redes de distribuição da Amazonas Energia. A etapa de instalação iniciou em 2014, onde foram instalados 61 religadores, 12 banco de reguladores e 101 bancos de capacitores, resultando num total de 174 equipamentos. Em 2015, ano de encerramento do projeto, foram instalados mais 263 equipamentos, sendo 229 religadores, 07 banco de reguladores e 27 bancos de capacitores, totalizando um percentual de realização física final de 89%. Em 2016, com recursos próprios, foram instalados mais 17 equipamentos, sendo 12 religadores e 05 bancos de capacitores, totalizando um percentual de realização física final de 93%. Em abril de 2017 foi realizada pela Eletrobras uma inspeção que resultou na aprovação de 99,74% da amostra apresentada.
- b) “Projeto de Regularização de unidades consumidoras clandestinas, em áreas com PNT>50% – Projeto Energia +”: O projeto tem como objetivo a execução de reforma, adequação e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica, em média e baixa tensão, com a instalação de ramal de ligação e padrão do consumidor, para regularização de 40.488 consumidores clandestinos, situados em áreas do perímetro urbano da cidade de Manaus, que apresentem perdas não técnicas maiores que 50%. O projeto, que foi iniciado em 2015, tem previsão de conclusão administrativa até 29/04/2018. Foram executados até dezembro de 2017, a reforma de 230,8 km de rede em média tensão e 309 km de baixa tensão, a construção de 5,8 km de rede de média tensão e de 7,3 km rede de baixa tensão e a regularização de 41.156 consumidores.

5.4 Programa Luz Para Todos - PLpT

O Programa Nacional da Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica – PLpT, foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto n.º 4.873 de 11 de novembro de 2003. Sua execução foi prorrogada até 31/12/2018, por meio de Decreto Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, de forma a propiciar o atendimento dos brasileiros da zona rural que ainda não tinham acesso aos serviços de energia elétrica. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação da Eletrobras e das Empresas Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica.

Devido às peculiaridades da área de concessão da Amazonas Energia, principalmente as associadas à sua geografia econômica, dimensões territoriais continentais, logística de transportes e dificuldades de acesso, a execução do programa está requerendo um grande esforço de todos os setores da Companhia, envolvidos na execução do Programa, no sentido de que as dificuldades específicas dessa região sejam gradativamente superadas e as metas propostas sejam alcançadas.

Diversas ações são necessárias antes da execução das obras, dentre as quais se destacam: o levantamento técnico georeferenciado das localidades a serem atendidas, a fim de que seja definida a forma de atendimento mais adequada (rede de distribuição, geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativas) e a execução de estudos dos impactos ambientais das obras para a obtenção de licença de implantação dos projetos junto aos órgãos competentes. Ao final da execução das obras, são elaborados os cadastros de todas as unidades atendidas e os *as-built* de todas as construções, que são inseridos nos sistemas corporativos, destacando-se ainda as ações da fiscalização e o acompanhamento das obras.

Dentre as novas tecnologias necessárias para vencer as adversidades da Amazônia, a utilização dos cabos subaquáticos para realização de travessias de rios e lagos de grandes extensões ou de intensa navegação, tem se mostrado uma ótima alternativa em substituição a construção de novas usinas térmicas ou à instalação de torres. Seu uso tem possibilitado o atendimento de comunidades consideradas remotas (isoladas das isoladas) e, ao mesmo tempo, garantido a segurança da navegação e da população ribeirinha. Cabe ressaltar que este tipo de obra requer autorização da Marinha do Brasil, responsável pelo policiamento da costa brasileira e das águas interiores. Por essa razão, os projetos das travessias são elaborados em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) e, com as normas da Marinha do Brasil (NORMAN), sendo submetidos à aprovação da mesma, antes das execuções das obras. No âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Amazonas, já foram lançados 116,708 km de cabo subaquático de 2008 até dez/2017 em 25 municípios do estado do Amazonas e interligando cerca de 400 comunidades.

No âmbito do PLpT da Amazonas Energia, foi projetada e executada a construção de 12 (doze) Mini-usinas Fotovoltaicas com Minirredes associadas, e com um sistema inédito no Brasil, à época, de venda da energia para as unidades, utilizando o modelo de pré-pagamento. Foram atendidas 212 unidades consumidoras, distribuídas nas seguintes comunidades: Aracari, Sobrado e Bom Jesus do Puduari (município de Novo Airão); Terra Nova (município de Barcelos); Nossa Senhora do Carmo (município de Beruri); São Sebastião do Rio Preto (município de Autazes); Mourão e Santo Antônio (município de Eirunepé) e Santa Maria, São José, Santa Luzia e Nossa Senhora de Nazaré (município de Maués).

A Amazonas Energia elaborou um Projeto de Referência para atender 42 comunidades localizadas nos Municípios de Barcelos e Carauari, Japurá e São Gabriel da Cachoeira que serão atendidas por meio de Mini-usinas fotovoltaicas, o total de 2.484 Unidades Consumidoras sendo: 42 Mini-usinas com minirrede-MIGDI e 1.209 Sistemas Individuais _SIGFI, cujo projeto foi aprovado em dezembro de 2015 e está em fase de elaboração o processo licitatório. Está previsto para o 2º Plano de Obras o total de 3.217 unidades consumidoras, ainda em planejamento.

Cabe destacar que, no ano de 2017 a Eletrobras Distribuição Amazonas, através do Programa Luz para Todos, construiu 1.798 km de rede elétrica, atendendo 5.963 domicílios em 194 comunidades. Foram beneficiadas 85 escolas, 30 postos de saúde, 14 poços artesianos, 14 centros sociais e 23 comunidades indígenas.

O quadro a seguir demonstra o resumo físico das obras realizadas pelo Programa desde o início de sua execução (2004 – 2017).

Quantidade de Obras	Domicílios		Extensão da Rede (km)			Postes	Nº de Transformadores	Potência Instalada (kVA)
	Em 2017	Até 2017	MT	BT	Total			
3.431	5.963	119.401	21.153	929,79	22.083	249.822	56.279	302.255

5.5 Plano de Expansão – 2018/2020

No quadro a seguir, estão relacionadas as principais obras previstas para expansão do Sistema de Distribuição, que além de garantir a melhoria na confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia, promoverão também o reforço necessário ao sistema existente.

Expansão do Sistema de Distribuição – 2018

Adequar a SE Mauá Três – substituição de 3 TRs 138/69 kV – 150 MVA (Correção da defasagem angular); Ampliar a SE Marapatá 69/13,8 kV – 1 Entrada de Linha para atender consumidores especiais; Ampliar a SE Marapatá 69/13,8 – 3° TR 69/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 7 alimentadores; Ampliar a SE Compensa 1348/13,8 kV – 3° TR 138/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 9 alimentadores; Ampliar a SE Cachoeira Grande 138/13,8 kV – 4° TR 138/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 11 alimentadores;

Expansão do Sistema de Distribuição – 2019

Implantar a SE Centro – TRs 1°, 2°, 3° e 4° 138/13,8 kV – 40 MVA – Saídas de 24 alimentadores; Implantar o seccionamento da LT 138 kV Cachoeira / Compensa – CS – 2x795 MCM – 1 km; Implantar SE Distrito Três – TRs 1°, 2° e 3° 138/13,8 kV – 40 MVA – 5 saídas de alimentadores; Implantar a LT 138 kV Jorge Teixeira / Distrito Três - C1 e C2 – 2x795 MCM – 4,1 km; Ampliar/Modernizar a SE Cachoeirinha – 4° TR 69/13,8 kV – 26,6 MVA – Saídas de 5 alimentadores; Implantar SE Itacoatiara – TRs 1° e 2° 138/13,8 kV – 40 MVA – Saída de 10 alimentadores; Implantar LT 138 kV Silves MTE / Itacoatiara – CD 1x477 MCM – 110 km; Adquirir SE Móvel 138/69/13,8 kV; Implantar SE Itapiranga – TR 1° e 2° 138/13,8 kV – 7,5 MVA – Saídas de 6 alimentadores; LT 138 kV Silves Dois / Itapiranga – CS – 1x477 MCM – 21 km; Implantar SE Silves Dois – TR 1° e 138/13,8 kV – 7,5 MVA – Saídas de 4 alimentadores; LT 138 kV Silves MTE / Silves Dois – CS – 1x477 MCM – 10 km; Implantar a LD 69 kV Marapatá/Consumidores Especiais – CS – 1x477 MCM.

Expansão do Sistema de Distribuição – 2020

Implantar a SE Amazonas – TRs 138/69 kV 1° e 2° 60 MVA – TRs 138/13,8 kV 1°, 2° e 3° - 40 MVA; Implantar LT 69 kV Amazonas / Santo Antônio – CS – 1x1272 MCM – 16 km; Implantar LT 138 kV Lechuga / Amazonas – C1 e C2 – 2x954 MCM – seccionar LT 69 Manauara / Cidade Nova na SE Amazonas; Implantar SE Iranduba Dois – TRs 1° 40 MVA 138/13,8 kV – TRs 1° 50 MVA 138/69 kV – Adequar a SE Compensa – Implantar 1 banco capacitor de 138 kV – Saídas de 7 alimentadores; Implantar LT 138 kV Compensa / Iranduba – C1 – CS – 1x795 MCM – 20 km; Implantar SE Rio Preto da Eva – TRs 1° e 2° 138/13,8 kV - 20 MVA – Saídas de 10 alimentadores; Implantar LT 138 kV Lechugar / Rio Preto da Eva – CS – C1 – 1x477 MCM – 55 km.

Além das obras de expansão de linhas de distribuição e subestações, serão também realizados serviços anuais de expansão e melhoria no segmento de Média Tensão – MT e Baixa Tensão – BT, com a utilização de cabos isolados e tecnologia em *Spacer Cable*, instalação de equipamentos especiais, tais como: capacitores, reguladores de tensão e religadores automatizados, visando atender com qualidade e continuidade o fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

6. COMERCIALIZAÇÃO

6 COMERCIALIZAÇÃO

6.1 Atendimento aos Consumidores

Conforme estabelece a regulamentação da ANEEL, a Amazonas Energia disponibiliza aos seus clientes diversas formas de atendimento, tanto na capital quanto no interior do Estado. Além do atendimento telefônico (0800) e virtual, por meio da *Internet*, a Empresa disponibiliza ao cidadão, o atendimento presencial por meio das agências e os postos de atendimentos.

6.1.1 Atendimento Telefônico e Virtual

Os serviços de atendimento realizados por meio do telefone ou da internet, tem como principal característica a sua disponibilidade ininterrupta, ou seja, podem ser utilizados durante qualquer hora do dia. Essa prática de atendimento tem, ao longo dos últimos anos, proporcionado comodidade, assim como, a redução da quantidade dos atendimentos físicos e aumentado a interação entre os consumidores e a Companhia. Em 2017, foram realizados 1.281.258 atendimentos, dos quais, 65,25 % foram provenientes da Central de Atendimento. A Companhia disponibiliza o número 0800 701 3001 destinado ao atendimento de todos os clientes. O consumidor pode também se manifestar via internet (Fale Conosco), por meio do acesso ao sítio da Companhia (www.eletrobrasamazonas.com), que em 2017, foi responsável por 0,28% do total de atendimentos.

6.1.2 Atendimento Presencial

O atendimento presencial é disponibilizado em todos os municípios do Estado. Em Manaus, esse atendimento é feito pela Agência situada na Rua 10 de Julho, nº 269 – Centro, funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 16h00min, e vem recebendo sucessivas melhorias na sua capacidade de atendimento e no conforto oferecido aos seus clientes.

No ano de 2017 foram realizados 256.502 atendimentos na capital, sendo 84,23% para demanda de serviços e 15,77% para reclamações em geral.

O atendimento, também pode ser realizado nos PAC's (Pronto Atendimento ao Cidadão), funcionando de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min as 17h00min, localizados, conforme a seguir:

- a) PAC São José - Alameda Cosme Ferreira, nº 8.047 - São José;
- b) PAC Sumaúma - Av. Noel Nutels, 1762 - Cidade Nova, Sumaúma Park Shopping;
- c) PAC do Via Norte Shopping, Av. Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues, nº 3760 – Monte das Oliveiras;
- d) PAC do Parque 10 Mall, Rua Lindon Johnson, nº 55 - Parque 10;
- e) PAC Leste, Av. Autaz Mirim, nº 288 - Tancredo Neves;
- f) PAC Compensa, Av Brasil, nº 1325 - Compensa.

6.2 Contratos de Compra de Energia

6.2.1 Contratos Bilaterais

Com a desverticalização das empresas ocorrida em 01/07/2015, os contratos de compra de energia com a Amazonas GT passaram a ter sua eficácia com o fornecimento de energia térmica gerada pelas usinas a gás de Aparecida e Mauá, além da UHE-Balbina.

Além dos contratos de compra de energia com a Amazonas GT, a Amazonas Energia também possui contratos para suprimento de energia para a capital do Estado, com cinco Produtores Independentes de Energia – PIEs, cujos contratos foram assinados em 2005, com vigência de 20 anos. A tabela a seguir demonstra o desempenho desses contratos no exercício de 2017:

Discriminação	Potência Contratada (MW)	Média Potência Garantida (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Quantidade de Energia Comprada (MWh)
Geradora de Energia do Amazonas S/A	60	60,000	100,00	530.061
Companhia Energética Manauara	60	60,000	100,00	537.293
Rio Amazonas Energia S/A	65	65,000	100,00	518.232
Breitener Tambaqui S/A.	60	59,295	98,82	501.235
Breitener Jaraqui S/A.	60	57,089	95,15	442.364
Balbina	130,1	127,520	98,01	1.118.999
Aparecida	145,3	36,897	25,39	323.216
Mauá Bloco III	98,6	69.786	70,78	611.324

6.2.2 Contratos com Locação de Grupos Geradores de Energia no Interior

A Amazonas Energia possui contratos de Locação de Grupos Geradores, com disponibilidade de potência total de 459,41 MW para atender as necessidades de geração das localidades do interior do Estado do Amazonas. A tabela a seguir demonstra o desempenho dos contratos em vigência no exercício de 2017.

Locadoras	Potência Contratada (MW)	Média Potência Garantida (MW)	Disponibilidade de Potência Contratada (%)	Valor Faturado (R\$ mil)
Aggreko Energia e Locação de Geradores	91,62	90,70	99	74.685
Oliveira Energia Geração e Serviços	257,74	208,76	81	143.153
Powertech Comercial	34,57	31,45	91	34.061
Gopower Air Locações	49,5	38,61	78	17.846
A Geradora	5,4	5,4	100	5.492
Usina Xavante	20,58	12,34	60	4.067
Total	459,41	-	-	279.304

6.2.3 Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada- ACR

A Amazonas Energia foi conectada ao SIN em 09/07/2013 pela SE Lechuga. Entretanto, segundo a portaria MME nº 258/13, a plena interligação do Sistema Manaus ao SIN ficou condicionada à efetiva operação comercial das instalações de transmissão, inclusive as instalações de âmbito da distribuição, com atendimento de condições técnicas equivalentes às do SIN, conforme regulação da ANEEL. A Amazonas Energia que estava limitada a receber apenas parte da energia contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a partir de 01/05/2015 quando foram superadas as limitações técnicas na rede de distribuição, a energia oriunda do SIN passou a ser recebida em caráter pleno.

Nas tabelas a seguir constam os leilões que a Companhia já participou (Fontes Alternativas e Energia Nova), com os respectivos montantes de energia comprada e tarifas praticadas.

Fontes Alternativas

Leilão	Editais	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
2º (A-3)	jul/10	Hidroelétrica	1/1/2013	5.519.897	19,25	149,91
		Biomassa e Eólica		46.685.231	285,35	145,33

Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

Energia Nova

Leilão	Editais	Fonte	Início	Total de Energia Comprada (MWh)	MW médio	Preço Médio por MWh (R\$)
UHE Jirau	mai/08	Hidrelétrica	1/2/2013	17.069.541	66,20	71,37
7º (A-5)	mar/08	Hidroelétrica	1/9/2016	1.608.140	5,49	98,98
		Outras Fontes	1/1/2013	10.646.651	361,89	135,23
8º (A-3)	fev/09	Hidroelétrica	1/1/2012	26.112	0,10	145,00
		Outras Fontes		134.364	0,92	144,60
Belo Monte	jun/09	Hidrelétrica	1/1/2015	14.025.076	52,57	76,97
10º (A-5)	mar/10	Hidrelétrica	1/1/2015	3.667.203	12,70	100,48
11º (A-5)	abr/10	Hidrelétrica	1/1/2015	11.019.654	42,47	77,31
12º (A-3)	jul/11	Hidrelétrica	1/3/2014	6.519.265	22,63	102,00
		Outras Fontes	1/3/2014	23.386.916	131,05	105,09

Fonte: CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

6.3 Fornecimento de Energia Elétrica

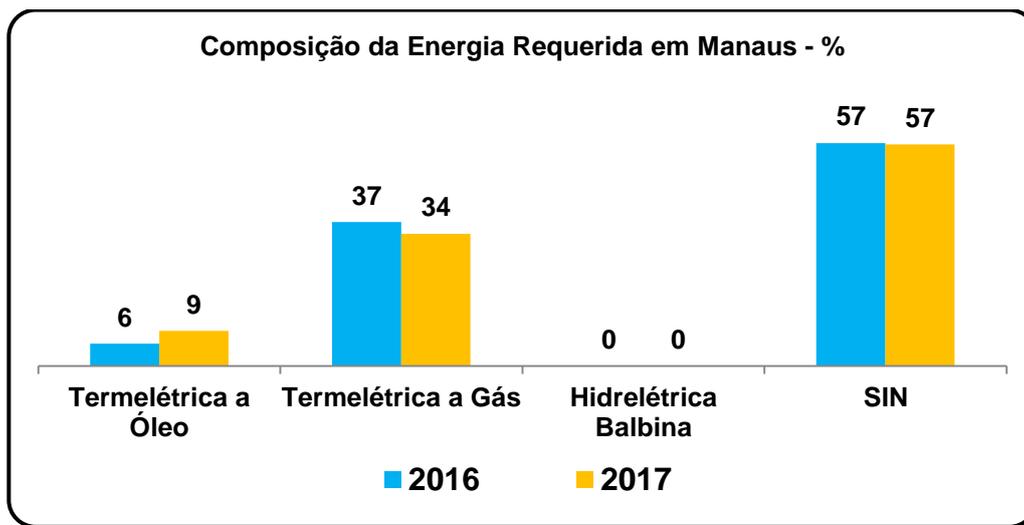
A Companhia, por meio de contratos com diversas empresas, compra energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), além de locar grupos geradores operantes no interior, garantiu a energia de 10.390 GWh requerida pelo mercado da capital e interior do Estado em 2017, inferior em 1,77% da ocorrida em 2016. A demanda máxima do sistema foi de 1.714 MW e 3,92% abaixo da realizada no ano anterior.

No interior do Estado do Amazonas a empresa é responsável pela operação e manutenção do sistema térmico isolado para atendimento das sedes de 59 municípios e de 36 localidades. O Sistema é composto por 95 usinas termelétricas implantadas nas sedes de 59 municípios e em 36 localidades, constituídas por um total de 658 Grupos Geradores, sendo 637 grupos geradores com motores a combustão interna a partir de óleo diesel (Próprios + Locados), 21 grupos geradores com motores a combustão interna a partir de Gás Natural (Próprios). No total a empresa possui 45 grupos geradores próprios que correspondem a uma potência de 37,81 MW e 613 grupos geradores alugados que correspondem a uma potência de 459,41 MW, totalizando 497,22 MW de potência instalada. A Amazonas Energia também possui um parque fotovoltaico constituído de 12 mini usinas para atender algumas comunidades remotas do interior do Estado.

É importante salientar que em Manaus, a energia importada do SIN em 2017, ficou praticamente estagnada em 57%, onde a variação em relação ao ano anterior foi de - 0,79%, que, associada à diminuição de 11,1% da energia gerada a gás, resultou num aumento de 51,2% da energia gerada por usinas termelétricas a óleo, cuja participação deste modal de produção de energia representou apenas 9% de toda a Energia Requerida pela capital. Por último vale ressaltar que a energia de Balbina está sendo diretamente injetada no Sistema Interligado nacional (SIN), portanto sendo contabilizada dentro do SIN. A tabela e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a energia requerida por fonte de suprimento para atender o mercado de Manaus e sua composição.

Energia Requerida em Manaus

Fonte de Suprimento	2017		2016		Variação (%) 17/16
	GWh	% de Participação	GWh	% de Participação	
Termelétrica a Óleo	765	9	506	6	51,2
Termelétrica a Gás	2.945	34	3.314	37	- 11,1
Hidrelétrica Balbina	0	0	0	0	0
SIN	5.020	57	5.060	57	- 0,79
Total	8.730	100	8.880	100	13,10



Ao final do ano de 2017 a Empresa fornecia energia para 976.874 consumidores ativos, representando um crescimento de 3,35% em relação ao ano anterior. O consumo faturado foi de 5.852 GWh, equivalente a um decréscimo de 2,66% sobre o ano de 2016.

Números de Consumidores e Consumo de Energia Elétrica (1) – Estado do Amazonas

Discriminação	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2017	2016	Variação (%) 17/16	2017	2016	Variação (%) 17/16
Capital	576.098	556.226	3,57	4.639	4.773	- 2,81
Interior	400.776	389.005	3,02	1.213	1.239	- 2,10
Total	976.874	945.231	3,35	5.852	6.012	- 2,66

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]+consumidor livre

A capital registrou 576.098 consumidores, representando um incremento de 3,57% em relação ao existente em 2016, enquanto que a energia consumida retraiu 2,81%, com destaque para a diminuição registrada no consumo das classes comercial e industrial, que foram respectivamente, de 19,60% e 47,33%, na classe industrial, causada principalmente pela migração para o consumo livre e desaceleração produtiva das indústrias. Devido a esses consumidores livres fazerem parte da classe de consumo “Outras Classes”, pode-se observar um crescimento significativo de 86,19% neste segmento do mercado. O quadro a seguir apresenta a evolução do nº de consumidores e do consumo de energia elétrica na capital:

Números de Consumidores e Consumo de Energia Elétrica - Capital

Classes de Consumo	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2017	2016	Variação (%) 17/16	2017	2016	Variação (%) 17/16
Residencial	522.492	503.326	3,80	1.396	1.493	- 6,49
Industrial	1.680	1.886	- 10,92	682	1.295	- 47,33
Comercial	48.043	47.198	1,79	861	1.071	- 19,60
Outras (1)	3.883	3.816	1,75	1.700	913	86,19
Total	576.098	556.226	3,57	4.639	4.773	- 2,81

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]+consumidor livre

O gráfico a seguir apresenta a segmentação do mercado de energia elétrica entre as principais classes de consumo na capital, com destaque para a queda na representatividade da classe industrial em relação a 2016 (caindo de 29% para 15%), decorrente da desaceleração produtiva das indústrias que compõem o PIM e da migração para o consumo livre, enquanto que a participação das classes residencial e comercial caíram 3% e 6%, respectivamente. A classe Outras (Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Consumo Próprio + Consumidor Livre), corresponderam a 37% do consumo total, aumentando em 22% sua participação em relação a 2017.



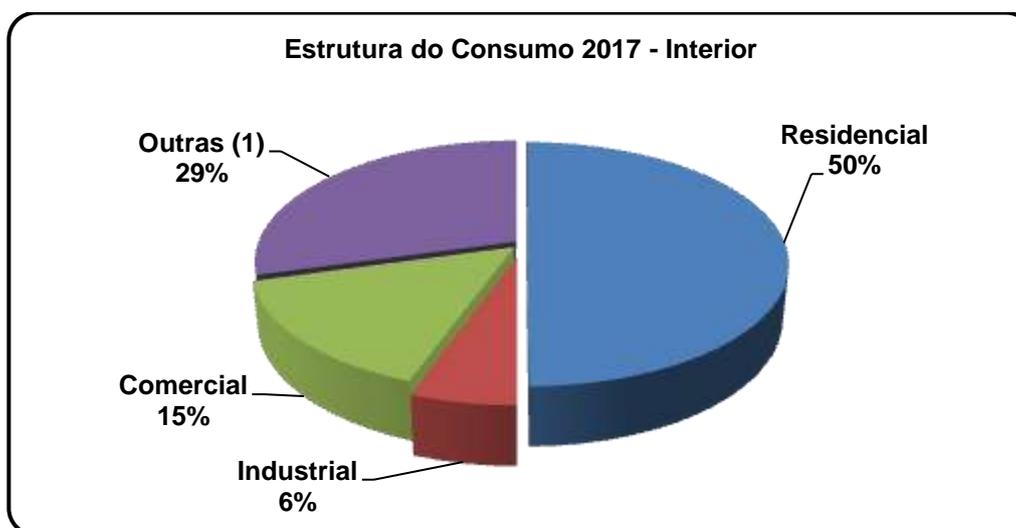
(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno] + consumidor livre.

No interior do Estado, foi registrado o número de 400.776 consumidores ativos, distribuídos por um território de 1.566.419 km², onde grande parte das localidades possui menos de 1.000 consumidores. No ano de 2017, o total consumido de energia elétrica no interior do Amazonas foi de 1.213 GWh, equivalente a uma diminuição de 2,06% sobre o ano de 2016. A estrutura de consumo do interior do Estado é predominantemente residencial, representando 50% do mercado, contra apenas 6% de consumo industrial, 15% de consumo comercial, ficando as demais classes com 29% de participação sobre o total. A tabela e o gráfico a seguir, apresentam, respectivamente, a evolução do nº de consumidores e do consumo no interior e a composição do consumo no ano de 2017.

Números de Consumidores e Consumo de Energia Elétrica - Interior

Classes de Consumo	Nº de Consumidores			Consumo (GWh)		
	2017	2016	Variação (%) 17/16	2017	2016	Variação (%) 17/16
Residencial	320.750	310.250	3,38	606	632	- 4,05
Industrial	1.083	1.103	- 1,81	67	70	- 4,03
Comercial	28.170	27.691	1,73	184	189	- 2,70
Outras (1)	50.773	49.961	1,63	356	348	2,31
Total	400.776	389.005	3,03	1.213	1.239	- 2,06

(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]



(1) Inclui o consumo próprio [próprio + interno]

6.4 Incorporação de Novos Consumidores em 2017

A AmE realizou no Estado a incorporação de 31.555 novos consumidores no ano de 2017, sendo 29.666 residenciais, 1.324 comerciais, 712 rurais e 79 nas demais classes. Destaca-se a classe industrial que teve redução de 226 consumidores em relação ao ano de 2016, refletindo o encolhimento da produção fabril no ano passado, motivada pela crise que afeta o país.

6.5 Faturamento Bruto de Energia

Em 2017 o faturamento bruto totalizou R\$ 2.778,7 milhões, representando uma diminuição de 2,42% sobre o ano anterior. Essa variação negativa se deu, principalmente, em função de:

- Queda de 30,43% do faturamento da classe industrial como consequência da migração para o consumo livre de consumidores industriais e desaceleração produtiva das indústrias;
- Eliminação em 2017 do registro da CDE - Equilíbrio da Redução das Tarifas, que referia-se ao registro de valores a receber a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro em função da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, cujo valor recebido até dezembro de 2016 foi no montante de R\$ 197.516 mil.

Além dessa receita de comercialização, a Empresa recebeu um subsídio no montante de R\$ 485 milhões proveniente da energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE.

O quadro e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a comparação entre os anos de 2017 e 2016 da energia faturada bruta por classe e sua composição em 2017.

Faturamento Bruto de Energia - R\$ mil (1)

Fornecimento de Energia por Classe	2017	2016	Varição 17/16 (%)
Residencial	1.297.957	1.181.037	9,90%
Industrial	395.798	568.888	-30,43%
Comercial	661.655	686.055	-3,56%
Outras (2)	423.338	411.575	2,86%
Total	2.778.748	2.847.556	-2,42%

(1) Inclui apenas o faturamento derivado do fornecimento de energia elétrica, não incluindo as demais receitas que compõem a Receita Bruta da Companhia.

(2) Não inclui o consumo próprio [próprio + interno].



(1) Inclui apenas o faturamento derivado do fornecimento de energia elétrica, não incluindo as demais receitas que compõem a Receita Bruta da Companhia.

(2) Não inclui o consumo próprio [próprio + interno].

6.6 Inadimplência

6.6.1 Resultados Alcançados

Para a redução do grau de inadimplência, foram realizadas diversas ações das quais se destacam as elencadas na tabela abaixo:

Discriminação	2017	2016	Varição 17/16 (%)
Cortes Gerados	317.493	287.977	10,25
Executados	108.063	94.315	14,58
% de Execução dos Cortes	34,04%	32,75%	1,29
Negativação – SPC e SERASA - (R\$ mil)	556	1.781	- 68,78
Cobrança Jurídica - (R\$ mil)	46.098	28.409	69,31
Cobrança Parcelamento à Vista - (R\$ mil)	78.605	95.714	- 17,88
Cobrança Parcelamento à Prazo - (R\$ mil)	294.106	275.167	6,88
Protesto de Título/Fatura - (R\$ mil)	198.490	129.222	53,50

A quantidade de cortes gerados em 2017 foi 10,25% maior do que o realizado no ano anterior e a dos cortes executados cresceram 14,58% em relação aos efetivados em 2016, enquanto o percentual de execução foi praticamente igual (34,04% em 2017 e 32,75% em 2016). O valor das faturas incluídas no SPC e SERASA caíram 68,78% (R\$ 1.781 mil em 2016 para R\$ 556 mil em 2017) basicamente devido ao fato de que a entrada dos novos contratos só foi efetivada em setembro de 2017. As cobranças Jurídicas aumentaram 69,31%, as de parcelamento à vista reduziram 17,88% e as de parcelamento a prazo cresceram 6,88%, em relação ao realizado no ano de 2016. Merece destaque o acréscimo de 53,50% das ações de protesto que, além de tornar mais efetivo o recebimento dos valores devidos à empresa, tem evitado a prescrição dos débitos com idade maior que 5 anos.

A inadimplência ativa total, entendida como o estoque acumulado de créditos junto aos consumidores, alcançou em dezembro de 2017, o saldo de R\$ 618,5 milhões contra R\$ 433,1 milhões em dezembro de 2016, representando um aumento de 43%. Se torna necessário frisar que esse aumento expressivo no valor da inadimplência ativa em 2017, se deve em grande parte ao montante de R\$ 193,4 milhões referente ao saldo das dívidas emblemáticas (clientes com liminar) que juntas representaram 31,3% do total, conforme mostra o quadro a seguir:

Principais Dívidas Emblemáticas – 2017 - R\$ mil

Discriminação	Total da Dívida	% de Participação s/ Total
Secretaria Estadual de Saúde - SUSAM	45.906	7,4
Prefeitura de Manacapuru	35.200	5,7
Itautinga Agro Industrial	26.464	4,3
Prefeitura de Lábrea	24.685	4,0
Benaion Indústria de Papel e Celulose	20.154	3,3
SAAE Tefé	17.279	2,8
SAAE Manacapuru	12.079	2,0
Prefeitura de Ipixuna	11.661	1,9
Total das Principais Dívidas Emblemáticas	193.428	31,3
Total Inadimplência	618.507	100,0

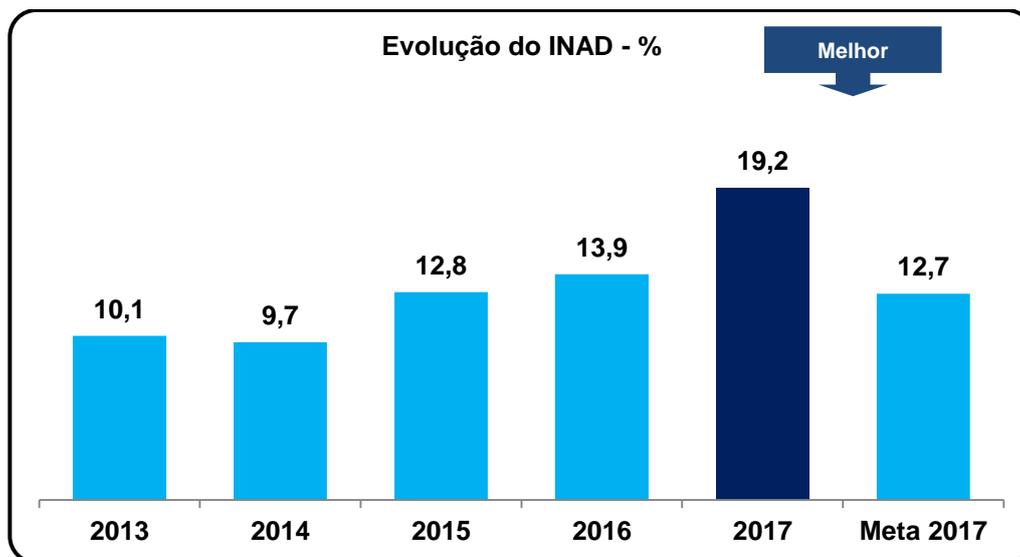
Vale também destacar, que todos os Poderes Públicos devedores, têm sido notificados com proposta de negociação dos seus débitos em condições adequadas e com a inclusão no CADIN no caso de inadimplimento, com a devida comunicação ao Tribunal de Contas do Estado.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam, respectivamente, a comparação da inadimplência por classe de consumo (capital e Interior) entre os anos de 2016 e 2017 e a evolução do INAD para o período 2013-2017:

Inadimplência por Classe – R\$ mil – (1)

Classe de Consumo	Capital			Interior			Total		
	2017	2016	Variação 17/16 (%)	2017	2016	Variação 17/16 (%)	2017	2016	Variação 17/16 (%)
Residencial	161.348	127.465	27	58.338	46.348	26	219.686	173.813	26
Industrial	64.065	38.978	64	14.472	11.056	31	78.537	50.033	57
Comercial	77.448	56.272	38	15.911	12.285	30	93.359	68.557	36
Rural	696	665	5	6.056	5.252	15	6.752	5.917	14
P. Público Municipal	2.229	3.266	-32	63.960	41.138	55	66.189	44.404	49
P. Público Estadual	60.980	25.952	135	22.247	10.129	120	83.227	36.081	131
P. Público Federal	8.054	3.876	108	1.613	1.266	27	9.667	5.142	88
Ilum. Pública	3.305	11.011	-70	4.974	2.491	100	8.278	13.502	-39
Serv. Público	7.867	1.152	583	44.945	34.543	30	52.812	35.695	48
Total Geral	358.991	268.637	44	232.516	164.506	41	618.507	433.143	43

(1) Não inclui os débitos vincendos



6.6.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A PCLD, mesmo que ainda não apresente tendência de redução, tem recebido importante atenção por parte da empresa, onde novas estratégias se encontram em fase de implantação. Entendemos que esse conjunto de ações desenvolvidas durante o ano de 2017, e que devem continuar ao longo de 2018, possibilitará uma sinergia de resultados que poderá estabilizar as provisões na PCLD e dar início, no curto prazo, de uma tendência de queda no montante reservado para a PCLD.

A seguir são elencadas o conjunto de ações empregadas pela Distribuidora, ou em fase de implantação, que objetivam o recebimento de valores na iminência de serem considerados de difícil recuperação e/ou já provisionados, de forma a evitar o crescimento da provisão e/ou reduzi-la.

- a) **Ampliação do Protesto de Faturas Inadimplidas:** A ação de protesto de faturas inadimplidas é um recurso eficiente para o recebimento de créditos, iniciada em 2016 e intensificada ao longo do ano de 2017, passando a abranger, além da capital, todos os municípios do interior do Estado, limitado a capacidade operacional de cada cartório, cujos resultados são mostrados no quadro a seguir:

Período	Nº Títulos Protestados	Valor Protestado R\$ milhões	Nº de Títulos Recuperados	Valor Recuperado R\$ milhões
2016 - Fev a Dez	227.491	139,7	57.326	29,7
2017 - Jan a Dez	734.881	198,5	185.390	56,6

- b) **Feirão de Negociação:** A Distribuidora realiza, tradicionalmente ao final de cada ano, uma campanha de adimplência com condições especiais para negociação. Em 2017, a campanha foi antecipada, de forma a estimular a antecipação da arrecadação aproveitando-se da liberação de valores oriundos do FGTS. Desde o dia 20/08/2017 a 31/12/2017, estava vigente a campanha de negociação com condições atrativas para negociação de débitos, inclusive aqueles com idade superior a 60 meses. O resultado do Feirão da Negociação está evidenciado no quadro a seguir:

R\$ milhões									
Qtd TPD	Débito Venc <= 60 meses	Débito Venc > 60 meses	Débito Com M/J/C	Desconto Multa	Desconto Juros	Desconto Importe Venc 60 meses	Valor FD á Vista	Valor FD Pago	Valor Total Parcelas
41.595	88,7	2,2	89,8	0,8	3,4	0,1	17,7	17,7	77,8

- c) **Notificação Extrajudicial:** Foram enviadas em 2017, de janeiro a dezembro, 527 notificações extrajudiciais. Esta ação objetiva otimizar o ajuizamento de ações monitórias, funcionando como uma diligência prévia que evita despesas com custas e honorários com ações judiciais de débitos incobráveis.
- d) **Agentes de Relacionamento:** A partir de setembro de 2017, foi iniciado o serviço de 28 Agentes de Relacionamento – AR, com o objetivo de realizar visitas nas Unidades Consumidoras, informando ao cliente sobre débitos e a iminência do corte, orientando a regularização, bem como ampliando a entrega de Notificações Extrajudiciais, descritas acima. De setembro a dezembro de 2017 foram realizadas 50.878 visitas em Unidades Consumidoras.
- e) **Negativação de Clientes Inadimplentes:** Esta é uma ferramenta de cobrança indispensável para o recebimento de créditos, cujo contrato foi assinado em agosto de 2017. A premissa foi a negativação de clientes com dívidas com idade entre 11 e 30 dias de vencido, das classes residencial, industrial e comercial, estimulando a negociação precoce e evitando o acúmulo de dívidas.
- f) **Envio de SMS:** Foram enviados SMS's Preventivos (Pré-Vencimento) para consumidores com histórico de inadimplência, SMS Reativo (Pós-Vencimento) para clientes em atraso de 4 a 10 dias e SMS Aviso de Inadimplência para consumidores em atraso de 50 a 63 dias. Foram enviadas 734.871 mensagens de SMS em 2017, limitados pela baixa quantidade de celulares cadastrados.
- g) **Envio de E-mail de Cobrança:** O e-mail de cobrança é uma ferramenta de custo quase zero que possibilita uma comunicação customizada para cada cliente. Atualmente, além de faturas digitais e alertas, são enviados e-mails de cobrança para dívidas entre 36 e 49 dias de vencidas. Da quantidade de e-mails enviados, houve taxa de sucesso de 13,16%, sendo 2,5% a taxa de sucesso de referência dessa ferramenta. O total de e-mails enviados é limitado à quantidade de endereços eletrônicos válidos, cadastrados no sistema AJURI, o qual passa por ampliação através do Projeto de Recadastramento.

6.6.3 Liminares Judiciais

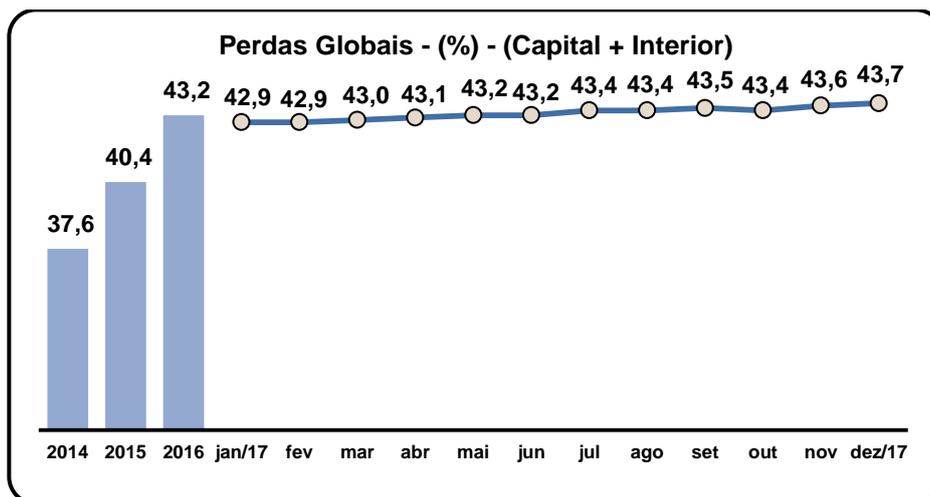
Não obstante os diversos fatores supramencionados que impactam consideravelmente no aumento da inadimplência e das perdas comerciais, existem centenas de decisões judiciais que incentivam cada vez mais o não pagamento de faturas de energia elétrica pelos consumidores/reclamantes beneficiados com as medidas. Atualmente existem 3.002 liminares vigentes que dificultam a recuperação de aproximadamente R\$ 287 milhões pela AmD.

As liminares concedidas determinam, por exemplo, a revisão do faturamento para consumos mínimos, o impedimento da suspensão do fornecimento, o cancelamento de processo de irregularidade e a correspondente recuperação de faturamento, a suspensão de protesto em cartório, e embora contestadas em sua totalidade pela Distribuidora, são mantidas em sua grande maioria pelo Judiciário, perdurando por décadas até o desfecho dos processos, gerando acúmulo de débitos, com amparo da justiça.

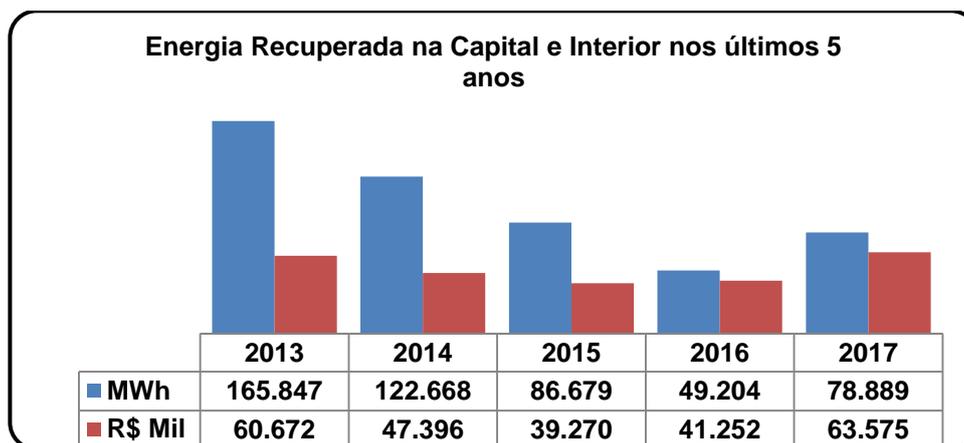
6.7 Perdas de Energia Elétrica

6.7.1 Resultados Alcançados

Para execução do plano de combate às perdas foi desembolsado, em 2017, o montante de R\$ 59 milhões (Custeio = R\$ 20,4 milhões e Investimento = R\$ 38,6 milhões). Durante o ano o índice de perda global aumentou 0,5 p.p. (pontos percentuais) em relação a 2016, conforme mostra o gráfico a seguir que apresenta a evolução das Perdas Globais para o período 2014/2017.



Foram realizadas 231.028 inspeções em unidades consumidoras, com a identificação e correção de 76.340 irregularidades (fraudes, desvios, falhas na medição, instalação de medidor e regularização de clandestinos), num percentual de assertividade de 33%, correspondente a uma recuperação de energia de 78.889 MWh. O gráfico a seguir mostra a evolução da energia recuperada para o período 2013/2017:



6.7.2 Principais Realizações

- a) **Inspeção e Regularização de Unidades Consumidoras do Grupo B:** No ano de 2017, as ações de inspeções foram realizadas com o quantitativo de 68 equipes, tendo sido efetivadas 129.993 inspeções valor 11,6% maior do que a quantidade prevista de 116.476 inspeções.

- b) **Inspeção e Regularização de Unidades Consumidoras do Grupo A:** Esta ação foi realizada por equipes do quadro próprio da AmD, com a finalidade de realizar inspeções nos maiores clientes do Grupo A. No ano de 2017, foram realizadas 3.984 inspeções, com energia agregada de 73.379 MWh e energia recuperada de 12.442 MWh, resultados que ficaram acima das metas previstas de 1.320 inspeções, 21.402 MWh de energia agregada e 6.836 MWh de energia recuperada.
- c) **Telemedição de Unidades Consumidoras do Grupo B:** Projeto financiado pelo Banco Mundial que prevê a implantação de sistema de automação (leitura remota) através da substituição dos medidores eletromecânicos de ligação direta de unidades consumidoras trifásicas em baixa tensão, com consumo médio mensal maior que 450 kWh, dependendo do perfil de consumo da Distribuidora. O projeto foi retomado em 04/01/2017 e finalizada sua instalação em 29/12/2017, com a substituição de 18.802 medidores com a energia agregada de 5.957 MWh.
- d) **Regularização de Clandestinos em Áreas de Perdas Elevadas:** Esse projeto contempla reforma e construção de redes de distribuição, utilizando as tecnologias de cabos cobertos ou protegidos na rede de MT, isolados na BT e ramais de serviço blindados e a regularização de unidades consumidoras clandestinas ou ligadas de forma irregular, situadas em áreas com perdas maiores que 50%. Já foram regularizadas 28.022 unidades consumidoras até dezembro de 2017. A energia agregada acumulada foi de 9.964 MWh.
- e) **Substituição de Medidores Obsoletos:** Projeto financiado pelo Banco Mundial, que prevê a substituição de 40.369 medidores obsoletos devido ao desgaste natural e pelo tempo de vida útil e a substituição do ramal de serviço da unidade consumidora. Tendo iniciado em maio de 2013, foi contabilizada a substituição de 6.725 medidores obsoletos de janeiro a dezembro de 2017, totalizando 53.387 substituídos desde o início do Projeto.
- f) **Recadastramento Comercial:** No ano de 2017, foram recadastradas 903.417 unidades consumidoras das quais 646.282 foram atualizadas no Sistema Ajuri.

6.7.3 Operações Especiais de Fiscalização

Foram realizadas operações especiais de fiscalização feitas em conjunto com o Instituto de Criminalística (IC), Polícia Civil, Polícia Militar, e a Delegacia Especializada de Combate ao Furto de Energia, Água, Gás e Serviços de Telecomunicações (DECFS), com grande repercussão na imprensa local, dentre as quais se destacam:

- a) A Amazonas Energia após efetuar análise por meio do sistema de monitoramento remoto, realizou uma ação de fiscalização visando coibir a prática de furto de energia, desta vez em um supermercado, localizado na Avenida do Turismo, Bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus. A operação teve como objetivo inspecionar a medição do estabelecimento, onde foram encontradas irregularidades no ato da inspeção. Depois de constatada as irregularidades, foram adotados os procedimentos de abertura do termo de ocorrência e inspeção e o levantamento da carga instalada, no qual o prejuízo causado à Distribuidora foi estimado no valor de R\$ 342 mil. Também foram adotados os procedimentos de recuperação de energia;
- b) Uma fábrica de plástico foi flagrada com ligação clandestina de energia durante fiscalização na Avenida Grande Circular, bairro São José, zona Leste da capital. O objetivo da ação foi combater e coibir 'gatos' de energia. A indústria possui débitos no valor de R\$ 654 mil com a empresa e já teve seu fornecimento suspenso por, no mínimo, quatro vezes, mas sempre religavam diretamente na rede elétrica sem passar por nenhum tipo de medição. O fornecimento de energia na fábrica foi suspenso de imediato por oferecer risco iminente de danos às pessoas, bens e ao funcionamento do sistema elétrico. Foram adotados os procedimentos de abertura do Termo de Ocorrência e Inspeção e o levantamento da carga instalada;

- c) Uma indústria de reciclagem localizada no ramal Bela Vista, bairro Puraquequara, na Zona Leste de Manaus, foi flagrada com uma subestação clandestina ligada diretamente à rede. O prejuízo estimado foi de aproximadamente R\$ 1,6 milhão ao ano. Durante a ação, as equipes constataram o furto de energia. Após o procedimento de inspeção foi realizada a suspensão do fornecimento de energia elétrica do estabelecimento e os responsáveis foram notificados pela autoridade policial a prestar esclarecimentos;
- d) Foi detectado um caso de furto de energia realizado por uma fábrica de produtos plásticos situada à rua Bernardo Michiles, no bairro Petrópolis, zona sul da capital. O prejuízo com o furto de energia está estimado em aproximadamente R\$ 1,2 milhão. Peritos do Instituto de Criminalística e técnicos da Eletrobras Amazonas Energia foram acionados e constataram a existência da ligação irregular na rede de baixa tensão, sem que houvesse medição de consumo. Após verificação técnica e perícia criminal, a ligação clandestina foi desfeita e o fornecimento de energia irregular da empresa foi interrompido.

6.7.4 Ações do Gabinete de Crise

Após o monitoramento do desempenho da Prestação Temporária do Serviço, foi verificado que o indicador referente às perdas de energia apresentou comportamento ligeiramente acima do limite previsto, notadamente a partir do início do segundo trimestre de 2017.

Entendendo que o indicador de Perdas necessita de atenção especial e dedicada, envolvendo todas as áreas da empresa num esforço concentrado, a Diretoria aprovou, em 06/06/2017, a Instalação de um Gabinete de Crise, coordenado pelo Diretor-Presidente e composto por todos os Diretores, exclusivo para avaliação, monitoramento e controle das ações de combate às perdas.

Este Gabinete caracteriza-se por ser um ambiente dedicado à discussão semanal para implantação, monitoramento, avaliação e controle das ações de combate às perdas para Capital e Interior, visando encaminhamentos mitigadores e soluções ágeis de forma coordenada, integrada, transversal – atuando, no mínimo, em Ações Estratégicas (AE) identificadas no diagnóstico.

Foram mapeadas 10 (dez) Ações Estratégicas prioritárias, para monitoramento no âmbito no Gabinete de Crise para combate as perdas de energia. A tabela a seguir mostra o resumo do acompanhamento com o avanço até dezembro de 2017 das ações monitoradas:

Ação Estratégica	Objeto	Local	Meta Anual	Meta Até Dez	Avanço Até Dez
Medição de Fronteira AT	Aferir e Substituir Medidores de Fronteira	Sistema Interligado	587	50%	50%
Medição de Alimentador Interior	SCD em 100% dos alimentadores	Interior	95	100%	100%
Clandestino sem Rede de MT	Regularizar clandestinos	Capital	17.000	100%	112%
Fraude e/ou Desvio MT (Grupo A)	Inspeccionar MT	Capital	3.315	100%	105%
		Interior	426	100%	125%
Fraude e/ou Desvio BT (Grupo B)	Inspeccionar BT	Capital	116.476	100%	112%
Substituição de Medidor Obsoleto	Substituir medidores obsoletos	Capital	8.999	100%	75%
Telemedição BT (AMI)	Instalar telemedição BT	Capital	19.064	100%	99%
Cliente sem medidor ("Taxado")	Zerar clientes sem medidor ("taxados")	Capital	1.457	100%	43%
		Interior	1.160	100%	127%
Realizar Leitura do Grupo A (interior)	Realizar 100% da leitura do Grupo A	Interior	1.032	90%	90%
Recadastramento	Recadastrar 100%	Capital e Interior	877.336	100%	103%

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

7 DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1 Qualidade do Fornecimento Global

Em 2017, a Amazonas Energia encerrou o ano com um DECI de 32,00 horas e um FECi de 17,58 interrupções. Tais resultados são 13,4% e 9,2% menor, respectivamente, que o DECI e FECi definido como limite para a Distribuidora (36,99 e 19,37, respectivamente) relativo ao Plano de Prestação de Serviços, instituído pelo órgão regulador. Abaixo temos a tabela que apresenta a evolução do DECI e FECi Global da empresa no período de 2011 a 2017.

Evolução do DECI e FECi Global – 2011/2017

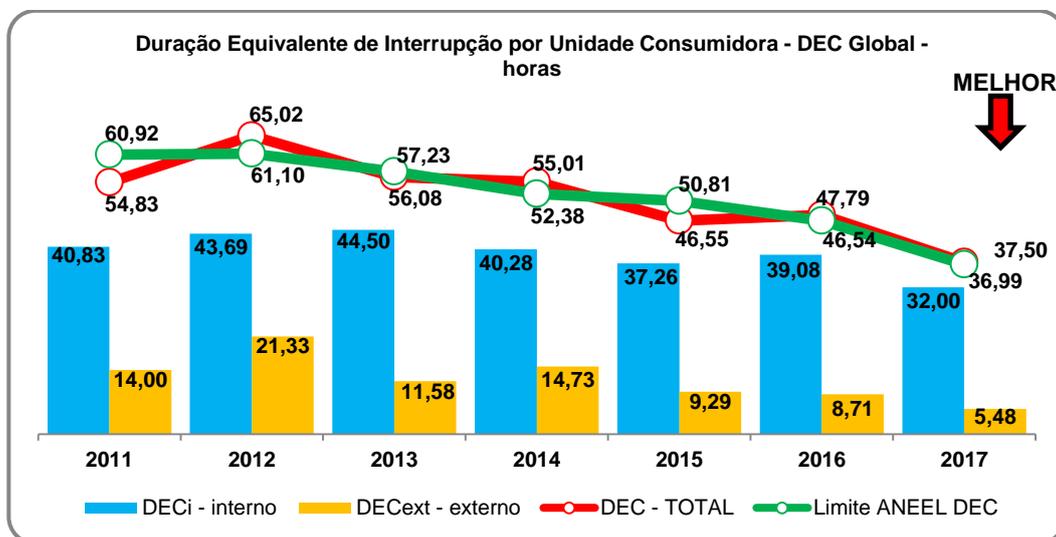
Ano	DECI Total (horas)	Variação s/ Ano Anterior (%)	FECi Total (interrupções)	Variação s/ Ano Anterior (%)
2011	40,83	-	32,06	-
2012	43,69	7,0	29,01	- 9,5
2013	44,50	1,9	24,51	- 15,5
2014	40,28	- 9,5	21,46	- 12,4
2015	37,26	- 7,5	20,40	- 4,9
2016	39,08	4,9	20,19	- 1,0
2017	32,00	-18,1	17,58	- 12,9

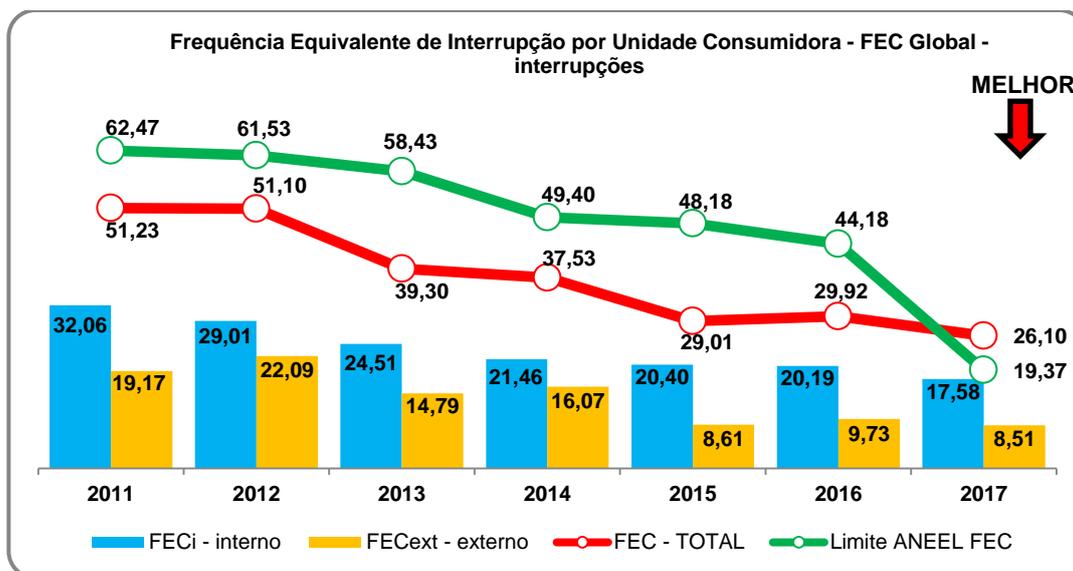
Vale ressaltar que a Amazonas Energia tem a missão difícil de distribuir energia elétrica para uma região repleta de particularidades que não se aplicam ao resto do país, onde podemos destacar:

- Chuvas Fortes e/ou Temporais, com número expressivo de Descargas Atmosféricas;
- Logística muito complexa (períodos de cheias e períodos de secas dos rios);
- Grandes distâncias entre as localidades/cidades e a Capital;
- Meio de transporte para a realização das ações predominantemente fluvial e a consequente complexidade nas ações de reparo;
- Número expressivo de Vegetação e Animais Sobre a Rede.

A empresa vem buscando a excelência em seu atendimento, integrando as áreas, maximizando os contratos de prestadores de serviços e monitorando o sistema com maior eficiência e proatividade. Todas as ações desenvolvidas durante esse período de Prestação de Serviços resultaram em melhorias significativas desses indicadores, que expressam a melhoria na qualidade do serviço prestado aos nossos clientes.

Os gráficos abaixo mostram a evolução para o período 2011/2017, do DEC e FEC Global, das suas composições e dos valores limites desses indicadores determinados pela ANEEL:



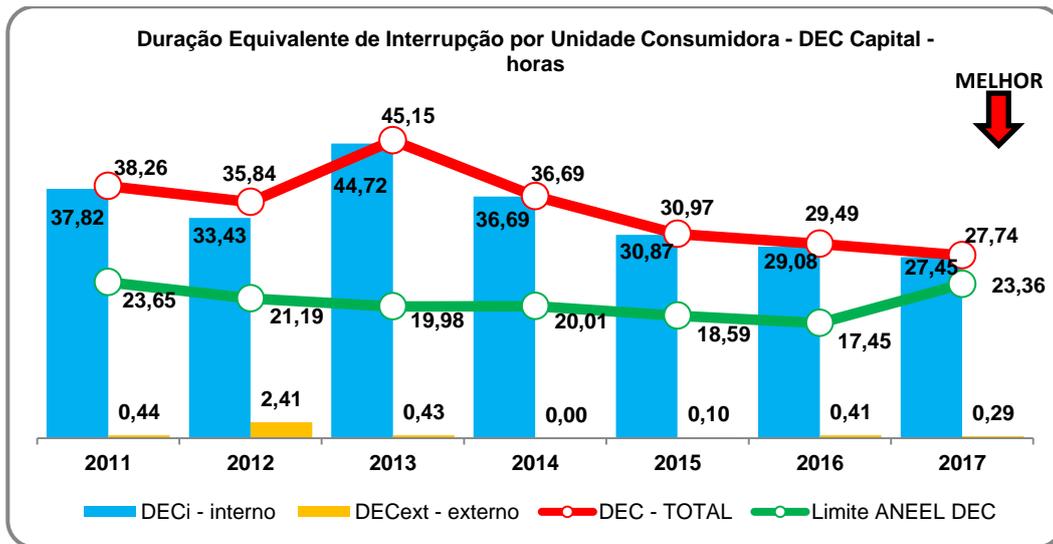


Vale salientar que a concessionária está implementando elementos que vislumbram a melhoria no sistema, tais como:

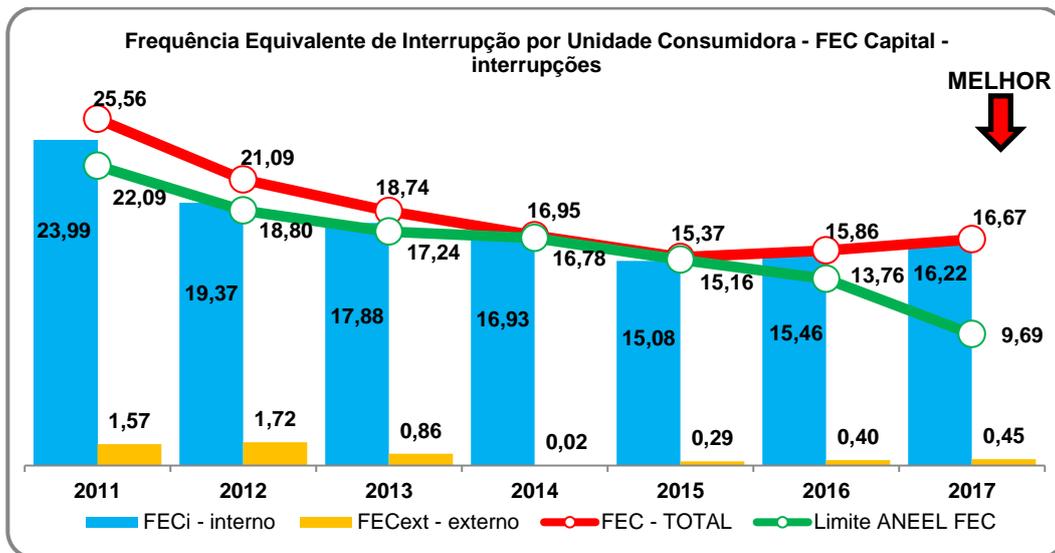
- a) **SGREDE:** Instrumento remoto que monitora circuitos elétricos em tempo real, tal que se possa identificar qualquer anormalidade no fornecimento de energia elétrica e tomar as providências necessárias dentro de um tempo mais curto;
- b) **SISTEMA DE DESPACHO MÓVEL – SDM:** Instrumento fundamental na gestão de equipes e atendimento com eficiência e eficácia ao cliente;
- c) **RELIGADORES:** Instrumento que religa automaticamente o circuito elétrico, após um curto circuito transitório, possibilitando assim o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica;
- d) **CABO ISOLADO BT:** Cabo que inibe a ação das ligações clandestinas na rede de distribuição elétrica em baixa tensão. Tais ligações são responsáveis por grande parte das interrupções registradas pela concessionária;
- e) **CABO SPACE MT:** Cabo que protege a rede de distribuição de energia elétrica em média tensão da ação transitória de agentes externos como as árvores, pássaros e etc;
- f) **INSERÇÃO DE NOVAS SUBESTAÇÕES ABAIXADORAS NO SISTEMA:** As mesmas asseguram maior flexibilidade no sistema e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica;
- g) **INSERÇÃO DE NOVOS CIRCUITOS DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO NO SISTEMA:** Os mesmos visam assegurar a continuidade no fornecimento de energia elétrica, pois possibilitam a distribuição de carga e o equilíbrio nos circuitos;
- h) **RECONDUTORAMENTO E REFORMA DE CIRCUITOS E REDES JÁ EXISTENTES NO SISTEMA:** Os mesmos possibilitam a adequação dos circuitos às cargas existentes e combate às ligações clandestinas, que influenciam negativamente na qualidade da energia elétrica fornecida aos clientes.

7.2 Qualidade do Fornecimento em Manaus

O gráfico a seguir mostra a evolução do DECI apurado em Manaus no período 2011/2017, onde esse indicador vem apresentando uma tendência de queda desde o ano de 2014. Em 2017, O DECI foi 5,61% menor do que o realizado em 2016.

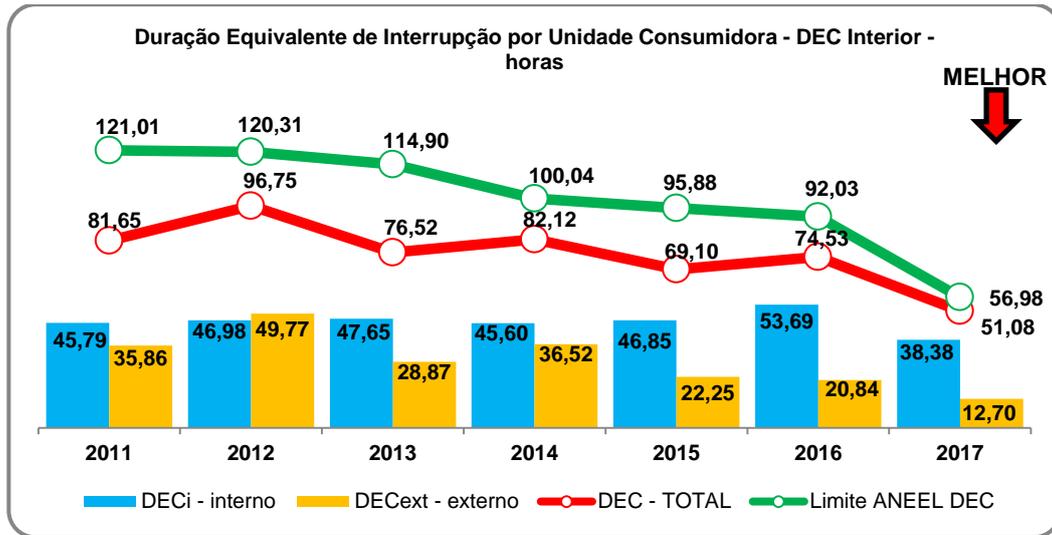


Em 2017 o FECi fechou em 16,22 interrupções, acima 4,9% do realizado em 2016, como resultante das dificuldades contratuais com as prestadoras de serviço, o que implicou em menor quantidade de equipes. Todas as tratativas foram realizadas para que o indicador não ficasse muito distante dos valores alcançados nos últimos anos. O gráfico abaixo mostra a evolução desse indicador para o período 2011/2017:

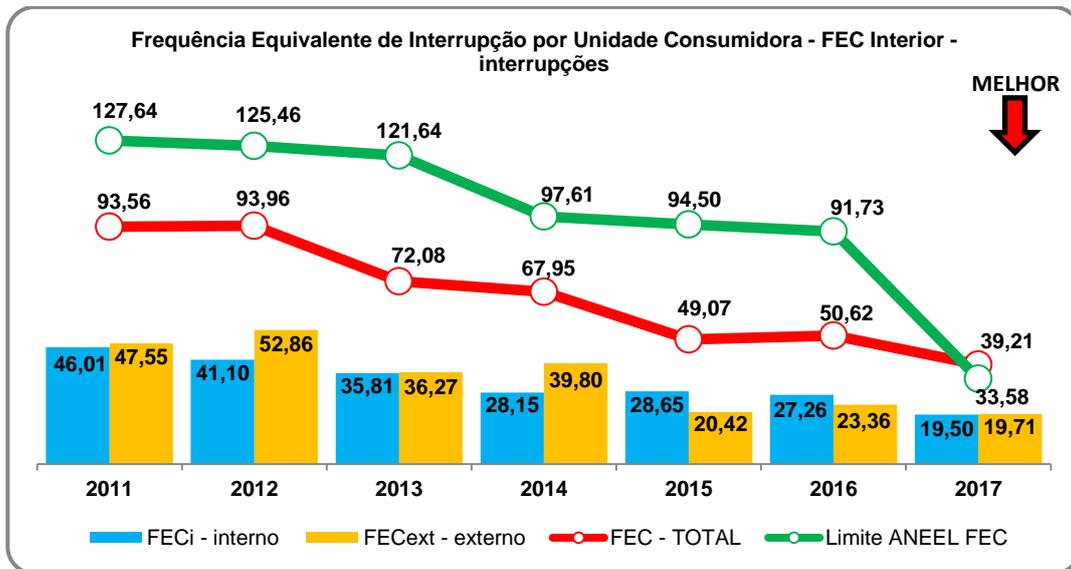


7.3 Qualidade do Fornecimento no Interior do Estado

Em 2017 o DECI foi apurado com o resultado de 38,38 horas, ficando abaixo 28,52% do valor realizado em 2016. O gráfico a seguir mostra a evolução do DECI apurado no Interior do Estado no período 2011/2017:



As interrupções originadas do processo de geração de energia dos sistemas isolados do interior são responsáveis por grande parte dos resultados apurados, sendo que as ações estabelecidas para este processo no decorrer dos próximos anos reduzirão gradativamente sua influência no resultado global e associada às ações do sistema de distribuição para o ciclo 2015-2018 permitirão que esse indicador apresente uma evolução decrescente dos seus resultados. Em 2017 o FECi foi de 19,50 interrupções, ficando melhor que 2016 cerca de 28,47%.



8. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

8 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1 Lucro/Prejuízo do Exercício

As Demonstrações Financeiras da Amazonas Energia consolidaram o exercício de 2017 com um prejuízo líquido de R\$ 2.600.910 mil, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 4.967.814 mil do exercício de 2016, representando uma diminuição de -47,64%. Os principais efeitos na comparação com os dois exercícios são:

8.1.1 Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta em 2017, atingiu R\$ 4.425.426 mil, montante 24,79%, superior aos R\$ 3.546.238 mil registrados no exercício de 2016, conforme demonstra o quadro a seguir:

Descrição	Receita Operacional – R\$ mil		
	2017	2016	2017/2016 (%)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	2.906.769	2.813.907	3,30
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	485.664	314.833	54,26
Receita de Construção	267.358	283.747	-5,78
CDE - Equilíbrio da Redução da Tarifa	-	197.516	-100
Ativos e Passivos regulatórios - OCPC 08	694.980	(129.406)	-637,05
Outras Receitas	70.655	65.641	7,64
Total	4.425.426	3.546.238	24,79

(1) Esta rubrica não contempla o faturamento do consumo próprio (administrativo) e interno (usinas e subestações).

A Receita de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foi de R\$ 314.833 mil em 2016 e R\$ 485.664 mil em 2017, representando um acréscimo de 54,26% decorrente, principalmente do reflexo da migração de consumidores para o Ambiente de Contratação Livre – ACL (segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica) compensada por uma liquidação do excedente de energia na CCEE que aumentou em R\$ 170.831 mil.

A CDE - Equilíbrio da Redução de Tarifa refere-se ao registro de valores a receber a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro em função da redução das tarifas das concessionárias de distribuição. O valor recebido até dezembro de 2016 foi no montante de R\$ 197.516 mil. Em 2017 foi eliminado o subsídio do equilíbrio tarifário.

A Receita de Ativos e Passivos Regulatórios apresentou um acréscimo de 637,05% explicado principalmente pelos seguintes fatores: i) em razão da diferença do preço médio dos contratos de compra de energia (R\$ 219,88/MWh) e o preço de repasse do ACR médio nas tarifas (R\$ 204,84/MWh); ii) foi reconhecido na CVA de 2017 o montante de R\$ 398.019 mil referente ao repasse de sobrecontratação de energia e exposição ao mercado de curto prazo.

8.2 Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional apresentaram um aumento mínimo de 0,12% em relação a 2016, conforme apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Deduções à Receita Operacional – R\$ mil		
	2017	2016	2017/2016 (%)
Quota para Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	-	-
Encargos do Consumidor – P&D e PEE	- 26.770	- 24.707	8,35
Impostos e Contribuições sobre a Receita	- 850.696	- 851.683	-0,12
Total	- 877.466	- 876.390	0,12

8.3 Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais em 2017 produziram um montante de R\$ 3.916.378 mil, que comparado com valor de R\$ 5.486.121 mil em 2016, evidenciou uma diminuição de 28,61%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais – R\$ mil		
	2017	2016	2017/2016 (%)
Custos e Despesas Não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	- 2.418.014	- 2.113.748	14,39
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-
Custos e Despesas Controláveis			
Pessoal	- 296.328	- 281.652	5,21
Material	- 29.492	- 24.361	21,06
Serviço de Terceiros	-233.524	-183.817	27,04
Outros Custos	-129.740	-58.976	119,99
Custo de Construção	-267.358	-283.747	-5,78
Combustível para Produção de Energia Elétrica	- 3.890.317	- 3.476.449	11,90
Recuperação de Despesa - CCC	4.248.135	3.513.758	20,90
Depreciação e Amortização	- 166.660	- 126.855	31,38
Provisão / Reversão Operacional	-623.521	-2.335.027	-73,30
Aluguéis	-2.174	-3.658	-40,56
Despesas Operacionais	-107.384	-111.589	3,77
Total	-3.916.378	-5.486.121	-28,61

A rubrica que mais contribuiu para esta variação foi a Provisão/Reversão Operacional com redução de 73,30%. Os principais fatores que impactaram foram:

- Provisão para contingências judiciais** - Em 2016 houve um registro no montante de R\$ 527.818 mil em virtude da mudança na estimativa de risco de perda das ações movidas por Produtores Independentes de Energia e locadores de grupos geradores cujos objetos são os seguintes: data base do reajuste contratual, anexo G, danos materiais e encargos moratórios. Em 2017 foi revertido um montante de R\$ 409.211 mil de contingências Cíveis em face dos PIEs terem logrado êxito em ações judiciais em desfavor da Companhia.
- Provisão/Reversão Contratos onerosos** - Reversão de Provisão de Contratos onerosos no valor de R\$ 812.694 mil, referente ao excedente do teste de recuperabilidade aplicado

aos ativos do grupo Intangível e da onerosidade do contrato de compra de energia (CCVE) da UTE Aparecida em decorrência da suspensão do fornecimento de gás natural, eventos registrados em dezembro de 2016. Em 2017 a Companhia concluiu a necessidade de não registrar perdas na realização de ativos – Impairment.

- c) **Provisão/Reversão Impairment** – A Companhia reverteu o valor de R\$ 63.610 mil de Impairment registrado em 2016. Em 2017 a Companhia concluiu a necessidade de não registrar perdas na realização de ativos Impairment.

O aumento de 119,99% na rubrica Outros Custos foi decorrente, especialmente, pelo fato de que, em setembro de 2016 foi revertido o valor registrado como fator de corte de perdas regulatórias em razão da publicação da Lei 13.299/2016 que autorizou a não aplicação nos reembolsos mensais da Companhia estabelecidos na Resolução Normativa ANEEL nº 427/2009. Conforme Despacho 607/2017 da ANEEL o fator de corte relativo às perdas regulatórias em 2017 foi de 2,3%.

8.4 Indicadores Empresariais

Descrição	Indicadores Econômicos		
	2017	2016	2017/2016 (%)
Dados Econômico-Financeiros – R\$ mil			
Receita Operacional Bruta	4.425.426	3.546.238	24,79
Receita Operacional Líquida	3.547.960	2.664.939	33,13
EBITDA (LAJIDA)	-201.758	-2.694.327	93,04
Resultado do Serviço	-368.418	-2.821.182	86,94
Resultado Financeiro	- 2.233.353	- 1.957.351	14,10
Lucro (Prejuízo) Líquido	-2.600.910	-4.967.814	-47,64
Ativo Total	10.903.851	11.038.442	-1,22
Dívida Bruta	21.567.168	18.742.362	15,07
Dívida Líquida *	21.483.462	18.642.313	15,24
Patrimônio Líquido	-11.936.537	-9.334.633	27,87
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	-0,06	-1,01	95,42 pp**
Margem Líquida	- 0,73	- 1,86	113,11 pp**
Índice de Endividamento	1,98	1,70	28,00 pp**
Ações			
Valor Patrimonial por ação ***	- 1,90	- 1,49	27,87
Lucro (Prejuízo) por ação ***	- 0,41	- 0,79	-47,64

*Dívida líquida de disponibilidades e aplicações financeiras

** pp – pontos percentuais

*** Lote de mil ações

O EBITDA (sigla em inglês) ou LAJIDA corresponde ao Lucro Operacional antes da dedução das despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela

Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA da Companhia está demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	LAJIDA – R\$ mil		
	2017	2016	2017/2016 (%)
Receita Operacional Líquida	3.547.960	2.664.939	33,13
(-) Despesas Operacionais (exceto Depreciação)	- 3.749.718	- 5.359.266	-30,03
(=) LAJIDA	-201.758	-2.694.327	92,51
(-) Depreciação e Amortização	-166.660	-126.855	31,38
(=) Lucro (Prejuízo) antes dos Juros e Imposto de Renda	-368.418	- 2.821.182	86,94
(+/-) Resultado Financeiro	-2.233.353	- 1.957.351	14,10
(=) Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda	-2.601.771	-4.778.533	-45,55
(+) Resultado Investimentos em Participações Societárias	861	-189.281	100,45
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	-2.600.910	-4.967.814	-47,64

A melhora de 92,51% do LAJIDA em 2017, em comparação ao mesmo período de 2016, deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: **i)** reflexo da migração de consumidores para o ACL compensada por uma liquidação do excedente de energia na CCEE que aumentou em R\$ 170.831 mil a Receita Operacional Bruta; **ii)** reconhecimento de receitas superiores às despesas referente a valores da Parcela A e itens financeiros, saindo de uma despesa de R\$ 129.406 mil, em 2016, para uma receita de R\$ 694.980 mil em 2017; **iii)** as provisões operacionais tiveram uma redução de 73,30% em relação ao ano de 2016. Em 2016 registro dos litígios cíveis no montante de R\$ 527.818 mil movidos pelos produtores independentes de energia e locadores de grupos geradores. Em 2017 foi revertido dos litígios cíveis um valor de R\$ 409.211 em face dos PIES terem logrado êxito em ações judiciais; reversões realizadas do Impairment de R\$ 63.610 mil e Contratos Onerosos de R\$ 812.694 mil do exercício de 2016. Em 2017 não houve registro de perdas na realização de ativos – *Impairment*.

8.5 Receita (Despesa) Financeira

Descrição	Resultado Financeiro – R\$ mil		
	2017	2016	2017/2016 (%)
Acréscimo Moratório sobre Energia Vendida	76.991	81.689	-5,75
Variação Monetária Líquida	4.690	2.985	57,13
Multa s/Fornecimento e Suprimento de Energia	9.409	19.372	-51,43
Ganho/Perda de Avaliação Atuarial	-	1.982	-100
Encargos de Dívidas	-329.951	-236.492	39,52
Encargos financeiros – arrendamento mercantil	-320.061	-303.381	5,50
Juros e Multas	29.159	372.643	-92,18
Atualização dos Fornecedores – CCC	-1.659.722	-1.878.660	-11,65
Outras	-43.869	-17.488	150,85
Total	-2.233.353	-1.957.350	14,10

O Resultado Financeiro Líquido em 2017 teve um aumento de 14,10% em relação ao ano de 2016, as rubricas que mais impactaram no resultado foram:

- a) **Encargos de Dívidas** – Aumento de 39,52% referente aos encargos, decorrentes de novos empréstimos para cumprimento do Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição – PPTSD. Em 2017 a Companhia recebeu recursos RGR no montante de R\$ 795.808 mil e programa Energia + no montante de R\$ 57.981 mil.
- b) **Juros e Multas** - Redução de 92,18% comparando com 2016 decorrente de: i) acompanhando a tendência, em 2017, a SELIC atingiu o menor nível do período, fato que este motivou a redução, até Julho de 2017, dos juros remuneratórios incidentes sobre os recebíveis repactuados pelo fundo CDE-CCC no montante de R\$ 266.973 mil; ii) A partir de Agosto de 2017, após edição do despacho ANEEL nº 2.504/2017, houve a imediata suspensão dos desembolsos relativos aos CCDs, o que impactou no não reconhecimento de receita referente a atualização dos créditos repactuados; iii) Em 2016, com a edição da Lei 13.299/2016, houve o registro "atípico" de R\$ 286.014 mil referente a atualização do saldo corrente aberto naquele período.
- c) **Outras** – Aumento de 150,85% comparando com 2016 decorrente do registro de R\$ 51.524 mil referente a atualização do parcelamento dos contratos PIEs. Estes acordos foram firmados em face dos PIEs terem logrado êxito em ações judiciais em desfavor da Companhia, que por indisponibilidade de liquidez, motivou uma negociação nos autos dos processos no sentido de alongar a dívida por meio de um parcelamento.

9. PESSOAS

9 PESSOAS

9.1 Composição da Força de Trabalho

A Amazonas Energia encerrou o ano de 2017 com 1.707 empregados em seu quadro próprio, contando ainda com 98 estagiários e 69 aprendizes. A tabela abaixo demonstra a evolução da força de trabalho própria da organização nos últimos anos:

Ano	Nº de Empregados Próprios
2012	2.279
2013	2.129
2014	2.110
2015	1.736
2016	1.723
2017	1.707

9.2 Programa de Aprendizagem e Estágio

A Empresa manteve em 2017 os seus Programas de Aprendizagem e de Estágio, que tem por objetivo capacitar e proporcionar aos envolvidos a inserção no mercado de trabalho competitivo atual, cumprindo com as determinações contidas nas legislações que os regulamentam.

Em atendimento ao Decreto nº 5598 de 1º de dezembro de 2005, em 2017 foram contratados 76 Aprendizes, sendo admitidos 45 em janeiro e 31 em maio. Após a contratação foi realizada a Integração com os Jovens Aprendizes, por meio da visita às diversas áreas da empresa onde foram abordados temas relacionados ao desenvolvimento profissional.

9.3 Educação Corporativa

Em 2017 a Empresa investiu R\$ 442 mil na educação de seus colaboradores, realizando 289 ações educacionais, que resultaram num total de 33.807 horas de treinamento, viabilizando aos colaboradores 1.269 oportunidades de participações em ações educacionais, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tipo de Ação	Nº de Ações Educacionais	Nº de Participantes	Total de Horas Treinadas	Investimento Total (R\$ Mil)
Externa	62	715	17.677	211
Interna	25	495	10.676	5
LUME	182	39	1.067	-
Pós Graduação	17	17	4.139	220
Idiomas	3	3	248	6
Total	289	1.269	33.807	442

9.3.1 Ações Educacionais Internas

Das ações educacionais internas realizadas em 2017, destacam-se as seguintes:

- Curso Diagnóstico e Análise de Equipamentos – Diane. A ação contou com 18 participantes e um total de 720 horas de treinamento;
- Treinamento Programação e Instalação dos Medidores ELSTER, com 68 participantes e 2.822 horas treinadas;

- c) Capacitação para Supervisores e Eletricistas, com carga horária de 1.680 horas e 70 participantes;
- d) Treinamento em Inspeção em Unidades com Medição Indireta com participação de 44 funcionários e 1.056 horas treinadas;
- e) Programa de repasse do Conhecimento com participação de 83 funcionários e 1.330 horas treinadas.

9.3.2 Ações LUME

Foram ofertados treinamentos por meio da TV Corporativa das Empresas Distribuidoras da Eletrobras - LUME, tecnologia que combina vídeo aula e web. Essa ferramenta disponibiliza soluções efetivas em EAD (Educação à Distância), por meio de uma programação mensal de cursos de autodesenvolvimento, gestão corporativa e gestão pública.

A utilização da LUME além de aprimorar a formação e o desenvolvimento da força de trabalho da organização, contribuiu para a redução do PMSO da organização, visto que, os cursos realizados por meio dessa ferramenta evitaram gastos comuns em ações externas de treinamento (passagem, hospedagem, diárias, etc.). Foram realizadas 182 ações via TV corporativa totalizando 1.067 horas de treinamento.

9.3.3 Ações Educacionais Específicas

No que tange às ações educacionais específicas realizadas em 2017 podemos destacar as seguintes atividades:

- a) Reciclagem NR-10 e SEP totalizando 11.708 horas de treinamento;
- b) Curso de Automação dos testes da Proteção com mala de teste de relés com 144 horas treinadas;
- c) Treinamento Técnico Operacional do Equipamento Termovisor, com 400 horas de curso;
- d) Curso de Interpretação da ABNT ISSO 9001/2015 – Sistema de Gestão da Qualidade – Requisitos, com 256 horas treinadas;
- e) Curso Perdas Não Técnicas nas Distribuidoras de Energia Elétrica, com 64 horas de treinamento;
- f) Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, com 24 horas treinadas.

9.4 Plano de Carreira e Remuneração – PCR e Sistema de Gestão de Desempenho – SGD

O Plano de Carreira e Remuneração - PCR, com foco em Competências e Resultados, está estruturado em quatro dimensões: carreira, cargos, remuneração e desempenho, além das bases conceituais e de informação que sustentaram toda a concepção do modelo.

O PCR é aplicado em conjunto com o SGD buscando canalizar os esforços das pessoas para o alcance de objetivos e resultados que garantam a rentabilidade, a sustentabilidade, a competitividade e a geração de valor. Além disso, busca desenvolver as potencialidades dos empregados e subsidia os processos de Gestão de Pessoas, tais como crescimento na carreira, mobilidade, treinamento, desenvolvimento e gestão da qualidade de vida no trabalho.

O 5º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão de Desempenho – SGD não foi completado em virtude de orientações da Alta Administração em consonância com o processo de Desestatização da Companhia.

9.5 Benefícios e Bem-Estar Social

Em 2017, a AmE desembolsou R\$ 35 milhões para custear a saúde suplementar de seus beneficiários, que abrange a assistência hospitalar, médica e odontológica.

O Plano de Proteção e Recuperação da Saúde - PPRS possui, aproximadamente, 8.067 beneficiários, sendo 1.853 titulares e 6.214 dependentes. O PPRS conta com 174 credenciados, compostos por profissionais qualificados, que prestam serviços de qualidade aos usuários do plano.

Além da garantia de atendimento no Estado do Amazonas, os beneficiários, por meio dos Convênios de Reciprocidades celebrados com a Boa Vista Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A., E-Vida (Eletronorte), Eletros-Saúde, Eletrosul, Fachesf e Forluz, podem ser atendidos em todas as regiões do país.

Além do investimento em saúde, no quadro a seguir estão elencados outros benefícios oferecidos aos empregados e seus dependentes, bem como, os respectivos recursos aplicados:

Benefícios	Beneficiários	Custo (R\$ Mil)
Auxílio Academia	99	68
Auxílio-Creche	178	1.273
Auxílio-Educação (Escolar)	318	2.195
Auxílio-Educação (Superior)	16	151
Auxílio-Alimentação	(*)	26.112
Auxílio-Transporte	(*)	2.737
Auxílio Funeral	27	113
Auxílio Material Escolar	166	200
Total	-	32.849

(*) Benefício proporcionado a todos os colaboradores próprios da Empresa.

Visando contribuir para o bem-estar dos empregados, priorizando o desenvolvimento das suas potencialidades biopsicossociais, a Empresa desembolsou nos Programas de Qualidade de Vida em torno de R\$ 160 mil, para desenvolver as seguintes ações: Campanha de Carnaval, Avaliação Psicossocial, Jogos do SESI, Quick Massagem, Circuito Saúde e Programa “Sob Medida” (reeducação alimentar).

9.6 Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)

No ano de 2017 foram realizadas 39 inspeções em empregados próprios e 217 auditorias técnicas em SST nas empresas contratadas, gerando 98 relatórios de inconformidades enviados as áreas por meio de recomendação de segurança a fim de promover ações de correção e prevenir prejuízo à segurança dos empregados próprios e terceirizados. Foram realizadas visitas técnicas às Agências descentralizadas, onde foram inspecionados os ambientes laborais, áreas externas e áreas de armazenamento de inflamáveis das usinas termelétricas, que originaram relatórios de viagem e recomendações de segurança das não conformidades encontradas, posteriormente enviadas aos departamentos responsáveis.

Foram realizados treinamentos de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), conforme Norma Regulamentadora NR-5 do MTE, na Capital. Foram acompanhadas diversas diligências periciais em insalubridade e periculosidade, oriunda de ações e demandas judiciais envolvendo empregados do quadro próprio e quadro de contratadas.

Em 2017 foi realizada a Campanha de Vacinação contra Gripe (H1N1), com a aplicação de 500 doses da vacina nos colaboradores da empresa.

A tabela abaixo mostra a evolução do número de acidentes, acidentes com afastamento e taxa de frequência no período de 2015 a 2017 envolvendo empregados do quadro próprio:

Discriminação	2017	2016	2015
Número de Acidentes	4	12	3
Acidentes com Afastamento	4	2	1
Taxa de Frequência	0,58	4,2	0,47

10. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

10 SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

10.1 Ações de Sustentabilidade

10.1.1 Programa de Equidade de Gênero e Raça

A Amazonas Energia é participante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desde 2007, tendo recebido o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça nas 2ª, 3ª 4ª e 5ª edições do Programa. O programa, de iniciativa do Governo Federal, reafirma os compromissos de promoção de igualdade entre homens e mulheres. Em 2016, iniciou-se a execução do plano de ação da 6ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Política para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos, que consiste no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no ambiente empresarial. Este programa consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para redução das desigualdades de gênero e raça no ambiente corporativo. Em 2017, demos continuidade às ações que foram desenvolvidas para o cumprimento do plano de ação:

a) Dia Internacional da Mulher

Com o objetivo de refletir sobre a importância de fortalecer as mulheres e desenvolver a igualdade de gêneros em todos os ambientes onde a mulher atua, o Comitê de Gênero e Raça da Amazonas Energia realizou no dia 16.03.2017, na Sede da Empresa, evento em Comemoração ao **Dia Internacional da Mulher**. A programação contou com a presença da Vereadora Prof. Jackeline para uma roda de conversa sobre os desafios e as oportunidades das mulheres para viverem com mais igualdade e respeito.

Por compreender seu papel e comprometimento com o desenvolvimento sustentável da sociedade, participando e promovendo o diálogo ético e transparente com as partes interessadas, considerando suas expectativas, necessidades e contextos, a Eletrobras Distribuição Amazonas, por meio do seu **Comitê de Gênero e Raça**, realizou ainda nos dias 10 e 17.03.2017, na Sede da Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas (ADCEA), evento em Comemoração ao **Dia Internacional da Mulher**. O evento ofereceu de um dia de beleza, em que as mulheres foram produzidas para registro fotográfico e gravação de depoimentos; e um dia para uma roda de conversa sobre os desafios e as oportunidades das mulheres para viverem com mais igualdade e respeito, e sobre direitos jurídicos, com a participação do Advogado do Sindicato dos Urbanitários.

b) Dia do Homem

A Amazonas Energia, por meio do Comitê de Gênero e Raça, com o apoio da PRS, DGA, ASEEL e DGP, comemorou no dia 14 de julho de 2017 o Dia Nacional do Homem, com a realização de diversas atividades como atendimentos de massagem e ponto gatilho, palestra sobre saúde e planejamento familiar e torneios de jogos diversos. A comemoração do Dia Nacional do Homem tem como objetivo a promoção da saúde dos homens e a busca por igualdade entre gêneros, destacando a discriminação sofrida e enfatizando as conquistas e melhorias trazidas por eles em diversos aspectos que envolvem sociedade e família.

c) Outubro Rosa

A Amazonas Energia, por meio do Comitê de Gênero e Raça, realizou no período de 11 a 19 de outubro de 2017 a Campanha Outubro Rosa, com o tema **“Eles também sabem cuidar”**. Houve a realização de palestras sobre o tema e depoimento de colaboradores ressaltando a importância das pessoas que cuidam e apoiam as/os pacientes com câncer de mama. Colaboradores de diversas unidades, além de abraçarem a Campanha Outubro Rosa, realizaram a ação **“1 MINUTO ROSA”**, abordando individualmente ou em grupo colaboradores/as da Empresa para falar e sensibilizar os/as colegas sobre esse assunto tão importante.

d) Novembro Azul

Com o objetivo de promover hábitos saudáveis de vida e cuidados que auxiliem na prevenção e/ou no diagnóstico precoce do câncer de próstata, o Comitê de Gênero e Raça, em parceria com as CIPAs, realizou nos dias 27 e 28 de novembro, palestra sobre a **CAMPANHA NOVEMBRO AZUL** nas unidades V8 e Cidade Nova.

10.1.2 Projeto de Coleta Seletiva

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006, a empresa desenvolve esse projeto objetivando a redução do descarte de materiais reciclados. Em 2013 foi criada a Comissão de Coleta Seletiva, e em 2016 por meio da portaria 005/2016, houve uma renovação de membros participantes dessa comissão, que é responsável pela implantação e supervisão da separação dos resíduos recicláveis descartados nas unidades da Companhia, bem como, pela divulgação semestral dos resultados das ações desenvolvidas no âmbito da empresa. Em 2017 a comissão buscou atuar nas unidades a fim de propiciar a separação e destinação de plástico, papel e papelão gerados nas atividades da empresa. As associações ACMR e Nova Recicla, que juntamente com a Recicla Manaus, foram habilitadas e credenciadas, de acordo com o Edital – Coleta Seletiva Solidária 01/2016, realizaram, no ano de 2017, a coleta de materiais reciclados nas unidades da empresa, cumprindo com a obrigação de entregar mensalmente relatórios contendo os quantitativos de materiais recicláveis coletados, assim como a destinação desse material, e quando pertinente o Certificado de destinação final. Ao todo foram coletadas 16,41 toneladas de material reciclável composto por papel (13,3 t), papelão (2,8 t), plástico (0,19 t), isopor (0,06 t) e jornal (0,06 t).

10.1.3 Projeto Consumo Consciente

Consiste no desenvolvimento de ações educativas direcionadas ao público interno e externo que objetivam o consumo consciente, contribuindo para as mudanças de hábitos e reduzindo os impactos ambientais e desgaste do meio ambiente. Além disso, é realizado o levantamento periódico de informações sobre o consumo de água, energia elétrica e papel por unidade da Companhia que são divulgadas aos colaboradores com dicas de redução do consumo. Entre as ações desenvolvidas podemos citar: a divulgação de datas importantes, como Dia Mundial do Meio Ambiente, Dia do Consumo Consciente, etc., atividades de conscientização do público interno e externo, palestras e exposições dos Projetos Ambientais; exposição da casa de eficiência energética, distribuição de cartilhas e informativos, realização interna da Blitz da Energia. Em 2016 o tema consumo consciente foi incluído no projeto Portas Abertas, junto com outros temas como segurança na rede elétrica, dicas de consumo de energia e geração de energia limpa. Em 2017 foram realizadas palestras de conscientização em 10 Escolas Públicas localizadas no entorno das unidades da empresa e contou com a participação de 1.592 alunos. Também participamos como convidados de eventos como a Semana de Meio Ambiente do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) com a palestra “Energia do presente comprometida com as futuras gerações” com a participação de 50 alunos; Projeto Vila Sustentável no CASSAM com a distribuição de material informativo e apresentação da casa de eficiência energética com 40 pessoas atendidas e na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho realizado na Empresa SUMIDENSO com mais de 300 colaboradores sendo orientados sobre uso e consumo seguro de energia com a exposição da Casa de Eficiência Energética.

10.1.4 Ações voltadas para a comunidade

Em 2017, a Empresa realizou as seguintes ações e projetos voltados para a comunidade:

a) Programa de Combate à Violência Sexual Infantil e Juvenil

A Campanha de Combate à Exploração Sexual Infantil e Juvenil foi aprovada por meio da Resolução nº 114/2014 de 29/07/2014. Com a aprovação do Plano de ação pela Diretoria Executiva da Empresa, algumas ações foram executadas, como: evento alusivo ao dia de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes; Livro de manifesto, possibilitando coletar assinatura dos colaboradores que aderiram à campanha; Aprovação da Política de Responsabilidade Social que trata sobre as Diretrizes - Práticas de Trabalho, itens 4.2.2 - Combater a exploração sexual infanto-juvenil, o trabalho análogo ao escravo, o assédio moral e

sexual em todas as instâncias e qualquer tipo de discriminação, intimidação e constrangimento. O objetivo da campanha foi esclarecer sobre a importância da prevenção, incentivando a denúncia contra atos que caracterizem exploração sexual ou trabalho infantil. Outro fator importante foi a inserção na Cláusula de Responsabilidade Social, nos novos contratos de atividades produtiva, coibindo qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a inserção nas faturas de energia elétrica, a partir do Protocolo de Intenções e Realizações celebradas entre o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e a Amazonas Energia, alertando os consumidores para denunciar por meio do Disque 100 dessas práticas abusivas. Durante o mês de maio de 2017, foi publicado o Slogan da campanha nos desktop (área de trabalho) dos computadores dos colaboradores (as) da empresa; Lançamento da cartilha eletrônica no site da Amazonas Energia “Combate a violência sexual contra criança e adolescente”; Realização de 5 (cinco) palestras e rodas de conversa nas escolas públicas: Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales e Marechal Cândido Rondon, no bairro do tarumã / Manaus, público alvo crianças e adolescentes, oportunidade que tivemos de divulgar a importância da campanha e as conquistas da empresa em relação ao programa, principalmente os canais de denúncia, Disk 100 Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal; Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas – 181 dentre outros. No total foram 176 alunos do 3º ao 9º ano que participaram das palestras e rodas de conversa. Na oportunidade foram feitas perguntas sobre a temática e entrega de camisetas do projeto para os alunos que responderam corretamente as questões. Houve divulgação de cartazes eletrônicos com os indicadores de casos de violência infanto-juvenil e os canais de denúncia no Brasil - extraído do site da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

b) Projeto Pesca Sustentável

Em 2017, O projeto do Centro Comunitário de Produção – CCP Pesca Sustentável, que prevê a conjunção de esforços e o repasse de recursos para a aquisição e instalação de materiais e equipamentos necessários à implantação de um CCP para processamento de pescado em uma embarcação de 23,5m x 8,5m, com sede no município de Carauari, Estado do Amazonas, e atendendo também comunidades pesqueiras ao longo do rio Juruá. Foi elaborado o projeto com o orçamento e demais informações necessárias à execução dessa atividade, que visa gerar renda para comunidades carentes, por meio do uso produtivo de energia elétrica. Foram realizadas reuniões entre os parceiros com a definição dos próximos passos para a execução do projecto que se encontra aguardando aprovação de orçamento. A implantação do CCP junto à Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC, formada por pescadores de base familiar, irá possibilitar o beneficiamento de sua produção, respeitando-se as boas práticas de fabricação e, conseqüentemente, a qualidade que o mercado exige.

c) Ação Global

No dia 27 de Maio 2017, a Amazonas Energia participou da 24ª Edição da AÇÃO GLOBAL, no Município de Parintins. O evento ocorreu, simultaneamente, em vinte e seis Estados, além do Distrito Federal. Como parceira a Eletrobras Distribuição Amazonas, levou seus serviços para a população e atendeu 89 clientes, com as seguintes solicitações: segunda via de conta de energia, regularização de inadimplência, informações sobre a tarifa social, dicas de energia, segurança na rede elétrica, conscientização do uso de energia. Houve distribuição de 1.600 cartilhas aos visitantes da ação, entrega de folders diversos, cartilhas de energia +, cartilhas de consumo consciente e coleta seletiva. Levando ao conhecimento da população os projetos da empresa. A Ação Global é uma iniciativa do SESI em Parceria com a Rede Globo, realizada simultaneamente em todo o Brasil e que tem como objetivo atingir a população menos favorecida. A efetivação da Ação Global só é possível através da mobilização de vários parceiros, um mutirão de serviços essenciais, integrados e gratuitos nas áreas de cidadania, saúde, educação, lazer, esporte e cultura, promovidos por voluntários de diversas áreas.

d) Projeto Litro de Luz

O projeto Litro de Luz tem como objetivo iluminar 7 comunidades do Médio Juruá, localizadas no município de Carauari, através da produção e instalação de 100 postes e 100 lâmpadas de

energia solar com a capacitação de embaixadores e moradores dessas comunidades, contribuindo para o engajamento comunitário, conscientização ambiental e melhoria da qualidade de vida dos moradores, a fim de causar impactos sociais significativos nessas comunidades. As tratativas estão sendo realizadas possibilitando aprovação do Projeto para beneficiar as 7 comunidades ribeirinhas do Médio Juruá, município de Carauari.

10.2 Ações de Meio Ambiente

10.2.1 Licenciamentos Ambientais

A empresa em atendimento a legislação ambiental vigente, bem como buscando a melhoria contínua da gestão ambiental de seus empreendimentos, vem realizando o licenciamento ambiental de seus empreendimentos junto aos órgãos fiscalizadores federal, estadual e municipal, respeitando e cuidando do meio ambiente de forma a proporcionar o desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor elétrico no estado do Amazonas.

Visando a obtenção das licenças ambientais para a expansão do Sistema de Transmissão no nível de tensão de 138 e 230 kV e, para ampliação da geração de energia no Estado do Amazonas, foram elaborados diversos estudos ambientais, dentre os quais: Relatório Ambiental Simplificado – RAS, Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, Estudo de Gerenciamento de Risco, Investigação Confirmatória e Detalhada de Contaminantes, Inventário Florístico, Monitoramento Arqueológico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial. O quadro a seguir apresenta um resumo das Licenças Ambientais e Autorizações obtidas durante o ano de 2017:

Discriminação	Quantidade
Licenças Prévias	4
Licenças de Instalação	3
Licenças de Operação (renovação)	33
Licença Ambiental Única – LAU Supressão	2
Alvará de Construção / Terraplanagem	2
Termo de Referência de Arqueologia – TRA	2
Autorizações	4
Certidão de Viabilidade Ambiental	5
Certidão de Informação Técnica de Uso do Solo	0
Total	55

10.2.2 Auditoria, Recuperação e Preservação Ambiental

Em 2017, foram adotadas ações para a melhoria do desempenho ambiental nas Usinas Termelétricas da Amazonas Energia. Foram realizadas 48 Inspeções Ambientais nessas usinas, onde foram realizados treinamentos e ministradas orientações aos operadores das usinas, sobre a aplicabilidade de 10 (dez) instruções técnicas operacionais, além do levantamento técnico dos aspectos e impactos ambientais dos empreendimentos o que permitiu a adoção de medidas corretivas e preventivas com a realização de 18 (dezoito) ações de contingência ambiental, seja ocasionadas pelo vazamento de óleo, transbordamento de sistema separadores de água e óleo (SSAO) das usinas, vazamento de óleo dos grupos geradores ou até mesmo por conta de autuações por parte do órgão ambiental, tendo sido realizado limpeza e remoção de solo contaminado com resíduos oleosos e/ou limpeza de corpos hídricos em atendimento a exigências do órgão ambiental e cumprimento ao Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD). Tais ações culminaram com a manutenção do baixo quantitativo de multas e passivos ambientais, além de custo evitado, por conta das ações preventivas que são realizadas nos empreendimentos da empresa.

10.2.3 Programas e Projetos Ambientais

a) Projeto Logística e Manufatura Reversa

O objetivo do projeto é promover a educação ambiental sustentável para empresas recicladoras certificadas, dos medidores obsoletos substituídos da rede de distribuição de energia elétrica por meio do Projeto Energia +. De modo a evitar que esses equipamentos retornem de forma clandestina à rede de distribuição, ou que tenham parte de seus componentes descartados em lixões, os componentes desses materiais, como o alumínio, cobre, plástico e ferro retornaram à cadeia produtiva como matéria prima, para a fabricação de novos materiais/equipamentos. A partir das ações do projeto foram inseridos na cadeia da logística e manufatura reversa outros bens considerados inservíveis, como pneus, transformadores de potência e de tensão, dentre outros. Com isso, a Eletrobras Distribuição Amazonas vem promovendo ações concretas sobre uma nova forma de alienação de bens inservíveis; Aprimoramento da forma de acondicionamento; Treinamento dos colaboradores sobre meio ambiente e gerenciamento de resíduos sólidos; Melhoria do clima organizacional.

Em dezembro de 2017 foi apresentado o relatório final à equipe do Projeto Energia +, colaboradores e convidados da empresa com os seguintes indicadores: Reciclagem de 113 mil medidores de energia elétrica que geraram 22.184 kg de sucata de vidro; 41.091 de sucata de ferro; 33.268 de sucata de alumínio; 14.750 de sucata de cobre; 9.238 de sucata plástica; 6.322 de sucata de imã, totalizando 129.037 resíduos sólidos reciclados, contribuindo com o desenvolvimento sustentável.

b) Programa de Monitoramento e Destinação Final de Resíduos

Foram descartados adequadamente, em 2017, atendendo à legislação ambiental vigente, 2.225 m³ de efluentes oleosos, que inclui óleo lubrificante usado ou contaminado, água contaminada com óleo, borra oleosa, resíduos provenientes do sistema separador de água e óleo, e 688 toneladas de resíduos sólidos contaminados com resíduos oleosos e outros contaminantes, como filtros de óleo, filtros de ar, estopas e outros resíduos gerados nas usinas térmicas e subestações, conforme o demonstrado na abaixo. Os resíduos são coletados por empresa licenciada e credenciada junto ao órgão ambiental, sendo emitidos os correspondentes Manifestos para Transporte de Resíduos Perigosos (MTRs) e seus respectivos certificados de destinação final, os quais são apresentados ao órgão ambiental em cumprimento as condicionantes das licenças ambientais dos empreendimentos da empresa para renovação das mesmas.

RESÍDUOS PERIGOSOS GERADOS NAS USINAS - 2017														
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Líquidos (M³)	429	116	250	36	256	208	285	57	101	323	60	104	2.225	185
Sólidos (Ton)	112	35	31	10	117	60	103	13	18	96	58	35	688	57

c) Projeto Semana do Meio Ambiente

A Empresa realizou no período de 01 a 10 de junho, a Semana do Meio Ambiente 2017, com uma programação diversificada com ações socioambientais internas e externas. O evento teve por objetivo sensibilizar seus/uas colaboradores/as para a importância dos cuidados com o meio ambiente por meio do consumo consciente de recursos naturais. A semana contou com eventos diversos, como palestras em escolas e sessões de cinema na Sede da Empresa tendo na programação filmes com abordagem sobre o meio ambiente. Além disso, cerca de 60 alunos das escolas estaduais “Lenina Ferraro da Silva” e “Luizinha Nascimento” participaram de uma programação especial durante a Semana do Meio Ambiente, sendo levados para uma visita guiada, pelos técnicos da Assessoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, ao Parque Estadual Sumaúma e Bosque da Ciência do Instituto Nacional de Pesquisas da

Amazônia (Inpa), onde viram de perto exemplares da fauna e da flora da região e aprenderam sobre a ecologia e meio ambiente.

d) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

O ano de 2017 foi executado mais uma etapa do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas da Usina de Itacoatiara, onde foram 7.000 m² de área recuperada, além de ser aprovado pelo órgão ambiental o projeto de recuperação da UTE Boca do Acre. Na capital ocorreu o monitoramento do PRAD da Linha de Transmissão Cachoeira Grande - Compensa, onde o projeto foi elaborado para mitigar os impactos causados na implantação do empreendimento no Parque Municipal do Mindu e no Corredor Ecológico do Mindu.

11. GESTÃO

11 GESTÃO

11.1 Plano de Prestação Temporária dos Serviços de Distribuição - PPTSD

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE deliberou pela reprovação da assinatura do Termo Aditivo de Prorrogação da Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 020/2001 da AmE.

Em 26 de julho de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME, mediante Portaria MME nº 388/2016, definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público por órgão ou entidade da administração pública federal, estabelecendo que a Geração Operacional de Caixa deve assegurar os investimentos em quantidade suficiente para reposição de ativos e o pagamento dos juros da dívida, além da manutenção da adimplência setorial. Além disso, durante o regime temporário, as compensações individuais relativas aos indicadores de qualidade poderão ser revertidas para investimentos na concessão, sem ônus tarifário.

Em 03 de agosto de 2016, com a edição da Portaria MME nº 420/2016 o Ministério de Minas e Energia - MME designou a AmE como responsável pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas, com vistas a garantir a continuidade do serviço até 31/12/2017 ou até a assunção de novo concessionário, o que ocorrer primeiro.

Em função dessa nova condição da empresa, bem como da abertura da audiência pública nº 063/2016, foi emitido pelo Diretor da ANEEL o Despacho nº 2.447/2016, publicado em 21 outubro de 2016, definindo a necessidade da AmE apresentar um Plano de Prestação Temporária do Serviço de Distribuição - PPTSD.

Em 29 de novembro 2016, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.184/2016 que, baseada na Nota Técnica nº 415/2016-SCT-SRD-SRM-SRG-SFF-SFE-ASD/ANEEL de 26/11/2016, definiu os limites regulatórios de Perdas, Custos Operacionais (PMSO), e DECI e FECi a serem atingidos ao final do ano de 2017 pela AmE, conforme tabela abaixo:

Limites Regulatórios

Redução de 5,66% no DECI e de 5,65% no FECi, até dezembro de 2017, em relação aos valores das respectivas médias dos meses de agosto de 2015 a julho de 2016;

Redução do patamar de perda total sobre a energia injetada, observada em 2015 de 40,28% para 39,05% ao final de 2017;

Redução de 5% no parâmetro "PMSO de Referência Ajustado sem Provisões" com relação ao valor registrado em 2015.

Durante o ano de 2017, a empresa, além de participar de todas as reuniões presenciais marcadas para a avaliação do desenvolvimento do PPTSD, acompanhou a evolução mensal desses indicadores que foram divulgados para todos os colaboradores por meio da publicação de um relatório mensal. A Tabela abaixo mostra os valores obtidos para esses indicadores em 2017, onde o DECI, FECi e Perdas Totais apresentaram resultados menores aos das metas estipuladas, indicando a melhoria desses indicadores, enquanto as despesas de R\$ 813 milhões realizadas com o PMSO em 2017 foram 4% maiores que a estimada.

RESULTADO PPTSD 2017

Indicadores	Unidade	Realizado	Meta	Desvio (%) Realizado/Meta
DECI	Horas	32,02	36,99	-13
FECi	Nº de Vezes	17,58	19,37	- 9
Perdas Totais	%	38,64 (1)	39,05	- 1
PMSO	R\$ milhões	813	779	4

(1) Valor considerando a projeção do comportamento esperado para o mercado, atendendo aos limites estabelecidos para a empresa (Nota Técnica nº 01/2018-ASD-SCT-SFF-SFE-SRD/ANEEL). O índice das perdas totais realizado sem esse expurgo foi de 43,67%, mesmo valor informado no duto dos investidores 2017.

11.2 Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa baseia-se nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo entre suas principais características a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes, nos mais altos níveis de padrões profissionais e éticos referentes à condução dos negócios da Companhia.

A Companhia busca o desenvolvimento sustentável por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de seus empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os seus acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

11.2.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu no dia 27 de abril de 2017, ocasião em que foi aprovado o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2016, além da destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a fixação da remuneração dos Conselheiros e da Diretoria Executiva da Companhia.

Destacamos, ainda, 05 (cinco) Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas nos dias 08/02/2017, 27/04/2017, 21/06/2017, 31/08/2017 e 01/12/2017, respectivamente: 1ª) tratou da eleição do Senhor Francisco Romário Wojcicki para Conselheiro de Administração em substituição ao Senhor José Francisco Albuquerque da Rocha, para cumprir o mandato remanescente, iniciado em 28/04/2016, e a encerrar-se na AGO de 2017; 2ª) tratou da reforma do Estatuto Social da Companhia; 3ª) tratou da eleição dos Senhores Renê Sanda e Aloísio Macário Ferreira de Souza, como Conselheiros Fiscais, Titular e Suplente, respectivamente, para cumprirem o prazo de gestão até a AGO de 2019 e da eleição do Senhor Robésio Maciel de Sena para Conselheiro de Administração; 4ª) tratou da ratificação de voto da AGO/2017 e da eleição do Senhor Mario José das Neves para Conselheiro de Administração, para um prazo de gestão com vigência até AGO de 2019; e, 5ª) tratou da eleição do Senhor Tarcísio Estefano Rosa para Conselheiro de Administração, em substituição ao Senhor Francisco Romário Wojcicki, para cumprir o mandato remanescente, iniciado em 27/04/2017, por um prazo de gestão com vigência até a AGO de 2019.

11.2.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão Colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na Lei e no Estatuto Social da Companhia, reuniu-se 29 (vinte e nove) vezes durante o ano de 2017. Houveram as seguintes eleições deliberadas pelo Conselho de Administração: 1ª) Em 01/02/2017 houve a eleição do Senhor Francisco Romário Wojcicki, para o cargo de Diretor-Presidente; 2ª) Em 06/03/2017 houve a eleição do Senhor Claudio Rubens Pinho Nilo, para o cargo de Diretor Corporativo na Diretoria de Regulação e Projetos Especiais; 3ª) Em 05/10/2017 houve a eleição do Senhor Marcelo Fadoul de Souza, para o cargo de Diretor de Operação, Planejamento e Expansão; e, 4ª) Em 27/10/2017 houve a eleição do Senhor Tarcísio Estefano Rosa, para o cargo de Diretor-Presidente.

O Colegiado é composto por seis membros, cujo mandato é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo que dentre eles um é o Diretor-Presidente da Companhia. Outro é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e os demais são eleitos na forma do Estatuto Social, respeitadas as disposições legais pertinentes, conforme segue:

Membros	Representação
Luiz Henrique Hamann (Presidente)	Eletrobras
Tarcísio Estefano Rosa	Eletrobras
Willamy Moreira Frota	Ministério de Minas e Energia (MME)
Mário José das Neves	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)
Robésio Maciel de Sena	Ministério de Minas e Energia (MME)
José Apolinário da Silva Brandão	Conselheiro eleito pelos Empregados

11.2.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, órgão Colegiado, de caráter permanente, composto por 03 (três) membros titulares e suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), cujo mandato é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, respeitado o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº. 757, de 19 de fevereiro de 1993, todos brasileiros e domiciliados no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 2017, o Conselho Fiscal reuniu-se 13 vezes, para fiscalizar os atos dos administradores da Companhia, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, assim como, pronunciar-se sobre os assuntos de sua competência. Foram emitidos 02 (dois) Pareceres e 04 (quatro) Atestados. O Colegiado é composto pelos seguintes membros:

Membros	Representação
Cezar Antônio Bordin (Presidente)	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.(Eletrobras)
Renê Sanda	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.(Eletrobras)
Allan Lúcio Sathler	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

11.2.4 Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação. Reuniu-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. No ano de 2017 foram realizadas 59 (cinquenta e nove) reuniões, objetivando assegurar o funcionamento regular da Companhia.

Em 13/01/2017 foi aprovada a nova Modelagem da Estrutura da Alta Direção Estatutária da Amazonas Energia, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	Diretorias
Amazonas Energia	Diretor-Presidente (PR)
	Diretoria Comercial (DC)
	Diretoria Financeira (DF)
	Diretoria de Operação, Planejamento e Expansão (DO)
	Diretoria de Geração Distribuída (DD)
Amazonas Energia e Boa Vista Energia	Diretoria de Gestão (DG)
Corporativa	Diretoria de Regulação e Projetos Especiais (DR)

Em 2017 houve as seguintes alterações na composição da Diretoria Executiva: 1ª) Em 01/02/2017 houve a eleição do Senhor Francisco Romário Wojcicki, para o cargo de Diretor-Presidente, em substituição ao Senhor José Francisco Albuquerque da Rocha; 2ª) Em 06/03/2017 houve a eleição do Senhor Claudio Rubens Pinho Nilo, para o cargo de Diretor Corporativo na Diretoria de Regulação e Projetos Especiais; 3ª) Em 05/10/2017 houve a eleição do Senhor Marcelo Fadoul de Souza, para o cargo de Diretor de Operação, Planejamento e Expansão, em substituição ao Senhor Paulo Eduardo Gama Maciel; e, 4ª) Em 27/10/2017 houve a eleição do Senhor Tarcísio Estefano Rosa, para o cargo de Diretor-Presidente, em substituição ao Senhor Francisco Romário Wojcicki.

A Diretoria Executiva encerrou o exercício social de 2017, composta pelos seguintes membros:

Membros	Diretoria
Tarcísio Estefano Rosa	Presidência
Celso de Oliveira Sant'anna	Financeira
Valdeni Batista Milhomens	Gestão
Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira Noronha	Comercial
Marcelo Fadoul de Souza	Operação, Planejamento e Expansão
José Francisco Albuquerque da Rocha	Geração Distribuída
Claudio Rubens Pinho Nilo	Regulação e Projetos Especiais

11.3 Auditoria

A Auditoria Interna encontra-se vinculada ao Conselho de Administração e tem como finalidade a execução de atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da empresa. Visa auxiliar na realização dos objetivos da empresa a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Conforme estipulado em seu normativo, a Auditoria Interna tem livre acesso a procedimentos, registros, arquivos, documentos, dados, funções e atividades desenvolvidas pela empresa, informatizados ou não, com observância dos instrumentos normativos emanados pelos órgãos de controle competentes e a legislação vigente pertinente à matéria em exame.

11.3.1 A Atividade de Controle Interno

As ações da Auditoria Interna previstas para o ano de 2017 constaram no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2017 aprovado pelo Conselho de Administração através da Deliberação nº 057/2016 de 14/12/2016.

As principais atividades previstas e realizadas no exercício podem ser assim resumidas:

- a) Auditoria de Processos – foram realizados testes em 11 processos da empresa que demandaram uma carga horária de 4.732 horas;
- b) Auditoria de Agências – foram realizados testes em 10 agências com a demanda de 5.880 horas;
- c) Trabalhos Especiais – foram gastos 544 horas na realização de 2 trabalhos especiais;
- d) Acompanhamento dos Planos de Ação – foram gastos 3.500 horas em acompanhamento neste período;
- e) Outras Atividades – as demais horas previstas no PAINT/2017 foram utilizadas em atividades como: análise de temas e emissão de pareceres para a Alta Administração e Conselhos Administração e Fiscal; certificação de processos da Lei Sarbanes Oxley – SOX; atendimento às diligências do Tribunal de Contas da União – TCU, da Controladoria Geral da União – CGU e da Auditoria Externa; treinamento e capacitação; prestação de contas anual; elaboração do PAINT/2018 e RAIINT/2017; atividades de gerenciamento; e atividades de apoio administrativo.

11.3.2 Atendimento aos Órgãos de Controle Externo

No decorrer do exercício de 2017, a Auditoria Interna atendeu aos órgãos de fiscalização e controle externo Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria Geral da União no Estado do Amazonas – CGU/AM em suas demandas.

No que concerne a Controladoria-Geral da União-CGU/Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, cabe destacar que no ano de 2017 foi realizada a Auditoria Anual de Contas da Amazonas Energia, referente ao exercício de 2016, que culminou com a expedição, pelo referido Órgão de Controle, do Relatório nº 201701182, de 28/09/17. Para os apontamentos exarados pela CGU, foram implementados pela Empresa Planos de Providências que estão sendo monitorados pelo Órgão de Controle.

Em relação ao TCU, no exercício de 2017, houve a expedição de 11 Acórdãos, que trouxeram em seu bojo o quantitativo de 4 determinações e 1 recomendação, cujo cumprimento é monitorado pela Auditoria Interna. Mensalmente são emitidos relatórios à Alta Administração informando a situação dos processos em tramitação pelo órgão de controle, objetivando, nos casos em que couber fornecer informações tempestivas de defesa em relação às não conformidades.

11.4 Lei Sarbanes-Oxley – SOX

A Eletrobras, por ter títulos mobiliários negociados no mercado financeiro dos Estados Unidos, mais especificamente na bolsa de valores de Nova Iorque, está sujeita à legislação e aos demais instrumentos regulatórios daquele país no que tange ao mercado de capitais, entre os quais a Lei Sarbanes-Oxley, apelidada de SOX.

Uma das obrigações estabelecidas nessa legislação trata-se das informações econômicas financeiras contidas nos Demonstrativos Contábeis, exigindo que as companhias adotem sistemáticas de documentação e de controles internos para seus processos que dão origem aos números que irão compor os relatórios apresentados às partes interessadas (acionistas, mercado financeiro, fornecedores, etc.)

Os processos considerados relevantes e que são objeto de adequação ao SOX são selecionados em função da materialidade das principais contas contábeis da empresa mediante procedimento específico. Quanto às atribuições de execução do Processo SOX na Amazonas Distribuidora, a Auditoria Interna é responsável pela coordenação das atividades dos testes da administração nos processos e pelas atividades de apoio aos testes de certificado do Auditor Externo, ficando as fases de mapeamento de processos e remediação de gaps sob a responsabilidade da Assessoria de Riscos Corporativos, Integridade e Controles Internos – PRR.

De acordo com a revisão de materialidade dos processos, a Amazonas Distribuidora trabalhou com 27 processos relevantes ao escopo da SOX no exercício de 2017: CCC3 - Gestão de Reembolso de CCC; CPR1 - Compra de Energia / Uso de Rede Básica; CPR2 - Compra de Energia (Curto Prazo); CTB1 - Lançamentos Manuais; CTB2 - Fechamento Contábil Mensal; CTB3 - Demonstrações Financeiras; CTB5 – Provisões; CTB6 – Partes Relacionadas; CTG1 - Gestão do Contencioso; EMP2 - Empréstimos e Financiamentos Obtidos; FIN2 – Recebimentos; FIN3 – Pagamentos; IMZ1 - Controle Patrimonial; IMZ3 – Impairment e Contrato Oneroso; MAT3 – Compras; PRC1 - Elaboração do Laudo Atuarial; REC1 - Venda de Energia; REC2 - Faturamento de Energia; RHM1 - Gestão da folha de pagamento; TBT1 - (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS); TBT2 - (Retenção na Fonte e INSS); TBT3 - (ICMS); TEC1 - Gerenciamento de Mudanças; TEC2.1 - Controle de Acesso Físico e Ambiental; TEC2.2 - Controle de Acesso; TEC3 - Operações de TI; e ELC - Entity Level Controls.

11.5 Tecnologia da Informação

Focada no suporte aos processos de negócio, fundamentais para o alcance das metas institucionais, a Diretoria Executiva manteve os investimentos e patrocínio das ações de tecnologia da informação e comunicações. Os resultados foram:

11.5.1 Segurança da Informação

No que tange à proteção contra ameaças e ataques cibernéticos, as tecnologias de proteção corporativas de segurança de conteúdo estão atualizadas, e ampliadas no segmento de redes e

e-mail, além da própria segurança em estações clientes e servidores acarretando em maior disponibilidade dos serviços.

Mantendo-se no tema proteção contra ameaças de rede e ativos de informação, está implantada a solução de firewall a nível de aplicação (camada 7 TCP/IP), trazendo um ganho na gestão dos recursos de TI, inclusive com relatórios executivos.

Foram iniciados os trabalhos para a segmentação da rede de computadores que proporcionará mais desempenho, confiabilidade e integridade no tráfego de informações, estas, muitas vezes de cunho confidencial.

11.5.2 Melhoria de Desempenho

Foi implantado novos equipamentos de rede dados, renovando o parque de informática deste segmento (switch, roteadores, Acess Point, cabeamento CAT6, switch core, dentre outros), permitindo assim a melhoria de performance de rede da Companhia.

Também foi implantado o novo plano de contas definido pela ANEEL para a Distribuidora de Energia, evitando assim multa pelo não cumprimento de cerca de R\$ 20 milhões. Esta ação também melhorou o nível de controle do Departamento Financeiro.

Foi iniciada a implantação de uma nova solução de nobreak de grande porte que visa renovar estes equipamentos e garantir uma melhor qualidade de alimentação elétrica ao Data Center da Companhia.

Foi iniciada a implantação de uma nova tecnologia de servidores para substituição dos equipamentos existentes que estão chegando ao término de sua garantia e suporte. Esta solução possui maior nível de disponibilidade e visa garantir a continuidade dos recursos de TIC.

11.5.3 Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Criada através da RES – 100/2013 a Equipe de Tratamento de Incidentes e Resposta a Redes Computacionais – ETIR, coordena a resposta aos incidentes criando os processos de resposta alinhados às normas vigentes e sugerindo atualização destas.

Criado através da CI – DGT 066/2013 o Comitê de Gestão de Mudanças de TIC - COGEM, garante que as mudanças sejam registradas, avaliadas, autorizadas, priorizadas, planejadas, testadas, implementadas, documentadas e analisadas de forma controlada, considerando os riscos de falhas na mudança, com planos para reestabelecimento dos serviços de TIC em caso de falhas na mudança, avaliando o impacto das mudanças na disponibilidade e desempenho dos serviços de TIC, reduzindo de maneira satisfatória o índice de indisponibilidade de TIC.

Criado através da Resolução nº 190/2011, o comitê de tecnologia da informação, automação e telecomunicações - CETIAT executa seus trabalhos com a finalidade de gerenciar as demandas e solicitações das diversas áreas da empresa, priorizando estrategicamente os projetos, em função dos recursos pessoais, materiais, técnicos e financeiros disponíveis, bem como intervir e alterar a realidade por meio de planejamento de ações que disponibilizem a melhor infraestrutura para atendimento futuro das demandas.

Criado através da Resolução nº 066/2012, o comitê de segurança da informação e comunicações - SIC executa seus trabalhos com a finalidade de assegurar a Diretoria Executiva que as ações de segurança da informação estão sendo executadas com o intuito de resguardar as informações empresariais.

11.6 Escritório de Projetos

Em 2017, o Escritório de Gestão de Projetos e Indicadores da Amazonas Energia atuou como vetor de planejamento e monitoramento dos projetos que compõem a sua carteira. Durante o

ano de 2017, novos projetos entraram na carteira, enquanto outros foram encerrados ou suspensos, de acordo com a necessidade e o cenário atual. O PREP possui atualmente em sua carteira um total de 15 projetos, sendo 14 em execução e 01 em planejamento, com orçamento total estimado de R\$ 297,2 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Nome do Projeto	Área Gestora	Status	Valor do Projeto (R\$ Mil)
Digitalização de Redes e Qualidade de Energia (Energia +)	DOR	Conclusão do Relatório Final	14.254
Digitalização de UC MT e BT (Energia +)	DCM	Conclusão do Relatório Final	71.091
Substituição de Medidores Obsoletos (Energia +)	DCM	Conclusão do Relatório Final	12.347
Telemedição de Alimentadores de Média Tensão (Energia +)	DCM	Conclusão do Relatório Final	1.690
Regularização de UC's em áreas com PNT>50% (Energia +)	DOR	Conclusão do Relatório Final	82.976
Modernização de Infraestrutura de Redes	DGT	Execução	4.451
Implantação do e-Social	DGP	Execução	0
NAE - Núcleo de Arrecadação	DCM	Execução	7.626
Recadastramento de UC (Energia +)	DCFL	Conclusão do Relatório Final	9.745
Implantação da SE Centro	DPE	Execução	78.501
Eficientização das manut. preventivas dos GG locados no interior do Amazonas	DDG	Execução	275
Ampliação da SE Mauá Três 138/69/13.8 kV – Etapa ATR4 138 kV	DOE	Execução	14.049
Padrinhos dos Alimentadores	DC / DO	Execução	0
Regularização de UC's Sem Padrão de Entrada	DCM	Planejamento	176
Reestruturação do Faturamento do Interior	DCFL	Execução	0
Total			297.181

Com relação aos projetos que compõem o Energia +, acima identificados, todos tiveram a execução física encerrada em 29/12/2017. Devem permanecer na carteira somente mais 120 dias contados da data final de execução, para fins de conclusão dos relatórios finais junto ao Banco Mundial.

O Escritório de Projetos e Indicadores atuou na condução de reuniões de informe de progresso dos projetos entre Diretores (Patrocinadores), líderes e equipes de projetos. Foram desenvolvidos relatórios executivos com informações de prazo, custo, avanços e pontos críticos de cada projeto. Esses relatórios são enviados mensalmente à Diretoria Executiva, Assistentes e Gerentes Funcionais e demais partes interessadas de acordo com cada projeto.

No mês de Dezembro/2017, a Eletrobras Distribuição Amazonas recebeu a comitiva do Banco Mundial, onde ocorreram reuniões de resultados dos Projetos Energia + Corporativos de todas as Empresas Distribuidoras da Eletrobras (Digitalização de Redes e Qualidade de Energia e Logística Reversa).

Após a visita da comitiva do Banco Mundial nas instalações da empresa, foi realizada na cidade de Brasília o Workshop de Lições Aprendidas do Energia +, com a participação dos representantes dos projetos, escritório de projetos e UGP (Unidade Gestora do Projeto) onde foi realizada a coleta das experiências durante a execução do projeto.

Em 2016, o Escritório de Projetos com o apoio da consultoria contratada à época desenvolveu uma Metodologia de Gestão de Portfólio (MGPF), que tem como objetivo estabelecer os processos de planejamento e de monitoramento e controle das ações e projetos de Investimentos. A partir desse trabalho, por meio da RES 201/2016 instituiu-se no âmbito da

Empresa o uso dessas ferramentas de gestão para se planejar o orçamento e, posteriormente, realizar seu acompanhamento.

Em 2017 foram realizadas as seguintes atividades:

- a) Planejamento da carteira de projetos e ações de investimento do ano de 2018: interagindo com as áreas da Empresa que possuem investimentos nos Programas da Empresa, de maneira que desde junho/2017 foi possível identificar as necessidades de ações e projetos para compor a carteira de investimentos de 2018; esta carteira foi trabalhada durante o ano, até chegar a um valor definitivo por Programa em Julho/2017. A partir daí foram realizados ajustes necessários em nível de ação, projetos e mensalizações para compor o Orçamento Investimento da Empresa;
- b) Monitoramento e Controle da Carteira de Investimentos de 2017: desde maio/2017 foi acompanhado as ações e projetos (Planejamento X Realização) mensalmente com as áreas, incluindo as solicitações necessárias de justificativas de não realização ou extrapolações;
- c) Controle das mudanças das ações e projetos da Carteira de Investimentos que compõe o Portfolio 2017;
- d) Elaboração de relatórios de acompanhamento dos investimentos mensais para a Diretoria;
- e) A partir de 2017, o Escritório de Projetos e Indicadores, com a atribuição de realizar o monitoramento e controle do Portfolio de Investimentos, passou a atualizar a planilha de controle das ações (Planejamento X Realização) das ações que compõe a planilha de investimentos do Plano de Prestação Temporária de Serviços da AmE.

11.7 Comunicação

A Assessoria de Comunicação Social e Relações Institucionais, tem como principal objetivo aprimorar o relacionamento da alta gestão com colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e meios de comunicação, por meio da divulgação de informações atualizadas, buscando, dessa forma, tornar as atividades empresariais transparentes para o público interno e externo.

Para se comunicar com o público externo a Empresa fez uso das mídias tradicionais (jornais impressos, rádio e TV) e utilizou as mídias sociais (Facebook, YouTube e Instagram, grupos de WhatsApp), estreitou o relacionamento com a imprensa, realizou eventos, gerenciamento da marca, publicidade legal e institucional.

A gestão da assessoria de imprensa administrou a relação da Empresa com a imprensa local e entidades de classe, acompanhando a diretoria em visitas de cortesia e reuniões externas, monitorando as notícias negativas e positivas veiculadas na mídia e redes sociais, apresentando as ações positivas da Empresa, por meio de releases ou sugestões de pautas, realizando entrevistas e coletivas de imprensa, dentre diversas atividades. Como reflexo desse bom relacionamento com a mídia a maioria dos releases jornalísticos foram publicados nos principais veículos de comunicação de forma espontânea, ou seja, sem nenhum valor desembolsado pela empresa.

A comunicação com seus colaboradores passou por atualizações de *layout* de forma a chamar ainda mais a atenção do público alvo, por meio de ferramentas já conhecidas de seus usuários (intranet, Outlook, ICQ), onde foram divulgados vários assuntos relacionados a todas as áreas da empresa, dentre os quais se destacam: informativos sobre os departamentos, matérias jornalísticas, normas internas, eventos e campanhas diversas.

Por meio de diversas campanhas e eventos internos promovidos pelos próprios departamentos procurou-se atingir o foco principal da comunicação interna que foi a valorização dos funcionários, por meio da integração de todos os setores, motivando-os a construir um ambiente harmônico com sólidas relações pessoais.

Comprometida com a transparência na gestão pública, a Amazonas Energia divulga em seu site (www.eletrabrasamazonas.com) os links “*Processos de Contas Anuais*” onde são apresentados os Relatórios Institucionais da empresa, “*Acesso à Informação*” contendo dados de interesse coletivo com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública e “*Carta de Serviços ao Cidadão*”, onde são disponibilizados todos os procedimentos comerciais necessários à realização do atendimento ao cliente.

As principais campanhas divulgadas no ano de 2017 estão elencadas no quadro a seguir:

Campanhas	Período	Descrição	Estratégia
Tarifa Social de Energia Elétrica	21/02 a 07/03	Campanha corporativa com o objetivo de divulgar os benefícios da TSEE a todo o Estado do Amazonas.	Divulgação de spots com informações sobre os benefícios da TSEE em todas as rádios autorizadas pela Secom, bem como postagens em redes sociais e em grupos de WhatsApp.
Energia Agora	01/01 a 31/12	Divulgação das ações realizadas, dicas de uso eficiente de energia, direito e deveres dos consumidores e serviços oferecidos pela empresa por vídeos publicados nas rádios redes sociais.	Utilização de vídeos com veiculação dos temas mencionados nas redes sociais durante todo o ano de 2017.
Campanha de Segurança	24 a 28/07	Campanha com o objetivo de conscientizar a população a respeito dos perigos com o uso indevido da energia.	Spots veiculados em todas as 18 rádios autorizadas pela Secom, postagens feitas nas redes sociais em grupos de WhatsApp com informações pertinentes ao tema.
Feirão de Negociação de débitos	21/08 a 20/09	Campanha com objetivo de incentivar a negociação de débitos em atraso e divulgar as datas e facilidades.	Divulgação feita por meio de faixas, banners, cartazes, mobiliários urbanos, spots nas 18 rádios em todo o Estado e postagens feitas nas redes sociais em grupos de WhatsApp com informações pertinentes ao tema.
Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	18/05 a 25/05	Campanha interna com o objetivo de atender ao Plano de Ação da Resolução nº 114/2014, o qual trata da Institucionalização da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.	Sensibilização dos colaboradores por meio de banners (impressos e virtuais), cartazes, folders, informativos e palestras.
Campanha de Combate às Perdas – ‘Gato é crime e pega mal	12/12 a 31/12	Campanha com objetivo de divulgar as ações de Combate às perdas, bem como os perigos do furto de energia elétrica.	Divulgação feita por meio de faixas, banners, cartazes, TV’s de LED, outdoors, spots nas 18 rádios e VT’s nas emissoras em todo o Estado e postagens feitas nas redes sociais em grupos de WhatsApp com informações pertinentes ao tema.

12. BALANÇO SOCIAL

12 BALANÇO SOCIAL

Balanço Social Anual / 2017 Empresa: Amazonas Distribuidora de Energia S/A							
2017 Valor (Mil reais)		2016 Valor (Mil reais)					
1 - Base de Cálculo							
Receita líquida (RL)		3.547.960		2.669.847			
Resultado operacional (RO)		-368.418		-4.967.816			
Folha de pagamento bruta (FPB)		213.233		199.592			
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		22.699	10,65%	0,64%	25.617	12,83%	0,96%
Encargos sociais compulsórios		76.520	35,89%	2,16%	78.886	39,52%	2,95%
Previdência privada		6.953	3,26%	0,20%	6.322	3,17%	0,24%
Saúde		34.546	16,20%	0,97%	34.638	17,35%	1,30%
Segurança e saúde no trabalho		1	0,00%	0,00%	41	0,02%	0,00%
Educação		2.500	1,17%	0,07%	2.395	1,20%	0,09%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		433	0,20%	0,01%	1.281	0,64%	0,05%
Creches ou auxílio-creche		1.190	0,56%	0,03%	1.106	0,55%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados		5.409	2,54%	0,15%	4.489	2,25%	0,17%
Outros		3.309	1,55%	0,09%	3.390	1,70%	0,13%
Total - Indicadores sociais internos		153.560	72,02%	4,33%	158.165	79,24%	5,92%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		1.533	-0,42%	0,04%	1.155	-0,02%	0,04%
Cultura		1	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		1.534	-0,42%	0,04%	1.155	-0,02%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)		850.696	-230,91%	23,98%	851.683	-17,14%	31,90%
Total - Indicadores sociais externos		852.230	-231,32%	24,02%	852.838	-17,17%	31,94%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		1.654	-0,45%	0,05%	2.279	-0,05%	0,09%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		1.654	-0,45%	0,05%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2017		2016			
Nº de empregados (as) ao final do período		1.707		1.723			
Nº de admissões durante o período		2		2			
Nº de empregados (as) terceirizados (as)		823		823			
Nº de estagiários (as)		95		100			
Nº de empregados (as) acima de 45 anos		1.003		951			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		277		282			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		21,52%		22,50%			
Nº de negros (as) que trabalham na empresa		687		698			
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)		49,00%		50,00%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		2		2			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2017 Valor (Mil reais)		Metas 2018			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		25,015		26,5			
Número total de acidentes de trabalho		4		0			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		(x) direção e gerências		(x) direção e gerências			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(x) todos (as) + Cipa		(x) todos (as) + Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		(x) incentiva e segue a OIT		(x) incentivará e seguirá a OIT			
A previdência privada contempla:		(x) todos (as) empregados (as)		(x) todos (as) empregados (as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla:		(x) todos (as) empregados (as)		(x) todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		(x) são sugeridos		(x) serão sugeridos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		(x) organiza e incentiva		(x) organizará e incentivará			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
%		440.150	2.405	2.534			
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
%		89,05%	100%	24,43%	%	%	%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2017: R\$ 1.262.523		Em 2016: R\$ -169.226			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		73,40 % governo 23,03% colaboradores (as) 0,00% acionistas 209,58 % terceiros (206,01)% retido		(549,77) % governo (164,75) % colaboradores (as) 0% acionistas (2120,40) % terceiros 2934% retido			
7 - Outras Informações		<p>ISE 2017 A Eletrobras Distribuição Amazonas manteve sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa) em 2017. Foi reafirmado por meio do ISE o compromisso da empresa em contribuir para a consolidação de um ambiente de investimento, alinhado com a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e compatível com as demandas da sociedade.</p> <p>Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI A Eletrobras Distribuição Amazonas elabora em conjunto com outras empresas do Sistema Eletrobras seu relatório de Sustentabilidade no padrão Global Reporting Initiative (GRI), modelo considerado padrão internacional de relatórios de Sustentabilidade além de mais completo e abrangente.</p> <p>PACTO GLOBAL A Eletrobras Distribuição Amazonas é signatário do Pacto Global e apoia os Dez Princípios relacionados a Direitos Humanos; Direitos do Trabalho; Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção em todas as suas formas.</p> <p>PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA A Eletrobras Distribuição Amazonas é participante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desde 2007, tendo recebido o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça nas 2ª, 3ª 4ª e 5ª edições do Programa. O referido Programa é uma iniciativa do Governo Federal e reafirma os compromissos de promoção de igualdade entre homens e mulheres. A Companhia executou satisfatoriamente ações que consistem no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no ambiente empresarial.</p>					



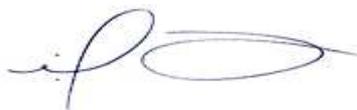
Tarcísio Estefano Rosa
Diretor-Presidente



Celso de Oliveira Sant'Anna
Diretor Financeiro



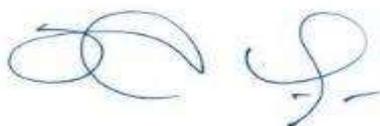
Valdeni Batista Milhomens
Diretor de Gestão



Paulo Eduardo Gama Maciel
Diretora Comercial



Marcelo Fadoul de Souza
Diretor de Operação, Planejamento e Expansão



Cláudio Rubens Pinho Nilo
Diretor de Regulação e Projetos Especiais



José Francisco Albuquerque da Rocha
Diretor de Geração Distribuída